

IHGP

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
ANO II 1992 NÚMERO 2



**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**
DIRETORIA (1992)

Presidente:

Hugo Pedro Carradore

Vice-Presidente:

Helly de Campos Melges

1º Secretário:

Sérgio Parizotto

2º Secretário:

Geraldo Nunes

1º Tesoureiro:

Pedro Caldari

2º Tesoureiro:

Eugênio Nardin

Orador: Elias Salum

Bibliotecária: Clóris Alessi

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE PIRACI-
CABA

Ano II 1992 Número 2

COMISSÃO EDITORIAL

Clóris Alessi (presidente)

Noemi Silveira Wrege

Gustavo Jacques Dias Alvim

IHGP é uma publicação semestral do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. Os artigos publicados em IHGP representam preferencialmente colaborações de seus associados. Entretanto, a revista abre espaço para outros autores que se dedicam ao estudo e à pesquisa relativos a Piracicaba.

As colaborações deverão sempre ser encaminhadas à Secretária do IHGP para a apreciação da Comissão Editorial, que observará o cumprimento das normas estabelecidas pela revista.

Todos os artigos podem ser reproduzidos, desde que indicada a fonte.

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos seus autores.

**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE PIRACI-
CABA**

CGC 508 538 78/0001-48

Rua do Rosário, 781

13.400-180 — Piracicaba, SP

Coordenação Editorial:

Israel Belo de Azevedo

Editoração Eletrônica:

Hudson Pereira da Silva

Impressão:

Gráfica UNIMEP

IHGP

**INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**

EM DEFESA DA CULTURA E DA MEMÓRIA

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba comemora, neste ano de 1992, seu Jubileu de Prata. É uma entidade de classe que, desde 1967, vem funcionando ininterruptamente, na defesa dos interesses da Cultura e da Memória piracicabana e nacional.

O propósito maior do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba está bem definido em seus estatutos: "É uma sociedade civil de caráter científico e cultural com duração ilimitada e com a finalidade precípua de promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia e das Ciências e disciplinas correlatas, especialmente as relacionadas com a região de Piracicaba".

Para tanto, acreditamos ser primordial, no cumprimento do nosso propósito, o culto das liberdades democráticas e a livre manifestação do pensamento em todas as suas formas de expressão, desvinculadas de qualquer tipo de preconceito de raça, religião ou ideologia.

Atendendo aos objetivos maiores, que é, dentre outros, o de lançarmos mais um número da nossa Revista, que deverá daqui para frente ter a periodicidade semestral.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba é um espaço aberto à Cultura em que os conceitos e opiniões emitidos nos artigos assinados são de plena responsabilidade de seus autores.

Estamos circulando no tempo marcado pelos festejos comemorativos aos 225 anos de fundação de nossa cidade. É neste sentido que lembramos: **NADA FICA NA MEMÓRIA SEM QUE SE FAÇA O REGISTRO.**

HUGO PEDRO CARRADORE

SUMÁRIO

IHGP

INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DE PIRACICABA

MEMÓRIA PIRACICABANA

CANOAS E MONJOLOS, ENGE- NHOS E NAVIOS -

A Freguesia de Santo Antônio
de Piracicaba diante dos
primeiros confrontos entre
colonialistas e progressistas
(1816)

MARLY THEREZINHA 3
GERMANO-PERECIN

METODISTAS E LIBE- RAIS EM PIRACICABA

Uma aliança histórica
ZULEICA COIMBRA
MESQUITA 13

CONTRADIÇÃO E MUDANÇA

A História Recente da E.S.A.
"Luiz de Queiroz"
MARIA DULCE BANDIERA
BERGAMIN 21

MEMÓRIA BRASILEIRA

MEMÓRIAS DA ES- CRAVIDÃO

A Escravidão no Brasil e a
Depravação Sexual
HUGO PEDRO CARRADORE 27

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PAR- TICIPAÇÃO

A Supervisão de Ensino no
Estado de São Paulo
NOEMI SILVEIRA WREGE 41

PERFIS

PRUDENTE DE MORAES

O Vereador que se Tornou
Presidente
GUILHERME VITTI 49

JOSÉ BENEDICTO DE CAMARGO

O Averso ao Formalismo
F. PIMENTEL GOMES 59

RESENHAS

A SEDUÇÃO DA PA- LAVRA

ISRAEL BELO DE
AZEVEDO 61

A HISTÓRIA DAS "MIL E UMA NOITES"

ELIAS SALUM 65

REFLEXOS DE UMA ÉPOCA

JORNAL DA CÂMARA 69

DOCUMENTA

ATA DA SESSÃO EX- TRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 20 DE MAIO DE 1842

ATA DA SESSÃO DO IHGP
DE 20 DE ABRIL DE 1968

71

NOTAS E INFORMAÇÕES

JUBILEU DE PRATA DO IHGP

73



MEMÓRIA
PIRACICABANA

CANOAS E MONJOLOS ENGENHOS E NAVIOS

A Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba diante dos primeiros confrontos entre colonialistas e progressistas (1816)

MARLY THEREZINHA GERMANO PERECIN

Mestre em História e autora de 'A síntese urbana', 'Candeias em espelho d'água', 'Ypié' e 'Maria dos Anjos'. Sócia fundadora do IHGP.

A Povoação de Piracicaba, nascida sobre a margem direita do rio, era fruto sazonado da política colonial. Entre 1765 e 1775, Vice-reis e Capitão General priorizaram a fundação de comunidades estratégicas, a devassa dos sertões, a implantação de postos avançados ao longo das lindes demarcatórias estabelecidas após o tratado de Madri (1750), e a defesa do Centro-Oeste brasileiro.

O porto, imemorialmente situado ao pé do velho Salto, e a Povoação de Piracicaba, prestaram-se às operações estratégicas na bacia Platina e no forte de Iguatemi e ao desbravamento dos sertões de NE, de NO e dos famosos Campos de Araraquara. Porém, entre 1777 e 1784, cessados os agentes dinâmicos da militarização e da guerra nas fronteiras, a comunidade desacelerou-se; salvaram-na a revolução econômica provocada pela cultura da cana no velho Oeste paulista e o traslado para a margem esquerda em busca da estrada que liga a Itu — a matriz do povoamento piracicabano.

A iniciativa foi bem sucedida, naquele final de século XVIII, por parte dos Capitães Generais de São Paulo. Conseguiu-se implantar Serra acima um sistema econômico voltado para o mercado internacional através do porto de Santos. Foi a salvação das comunidades estratégicas estabelecidas pelo Morgado de Mateus no planalto paulista. A consolidação do chamado "Quadrilátero do Açúcar" assegurou o crescimento das Vilas e das Freguesias e orientou a expansão da fronteira agrícola a partir de Itu na direção de Piracicaba.¹

¹ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 41-44.

3

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Aos poucos, Piracicaba abandonava a pasmaceira em que decaíra, superando a sua antiga dependência das funções estratégicas voltadas para o sertão ou para o abastecimento (barcos e víveres) das expedições monçoeiras, de Porto Feliz. A comunidade, trasladada em 1784 da margem direita do rio para a rua da praia, dedicava-se ainda à pesca, aos transportes no rio e à lavoura de mantimentos.

Sobre as duas margens do rio, os antigos povoadores mantinham-se na linha da economia de subsistência, constituindo a fluida e esparsa sociedade dos monjolos. Todavia, ao beneficiar-se das condições da época, na virada do século, Piracicaba transformou-se na mais futura fronteira agrícola dos proprietários rurais do Vale Médio do Tietê. O massapé fertilíssimo atraiu, primeiramente, os proprietários e engenheiros de Itu, cujas terras já começavam a cansar. Depois, começaram a chegar proprietários de todo o Centro-Oeste Paulista, de Minas, do Mato Grosso, de Goiás e até da Corte.

Nas primeiras décadas do século XIX, era impressionante a valorização das terras no sertão de Piracicaba. Os coeficientes demográficos mostram que a população dobrava a cada cinco anos e que a agroindústria, recentemente implantada, acabava por beneficiar-se da abertura dos portos (1808) e das razoáveis cotações do açúcar no mercado internacional.

DE BOCA DE SERTÃO À FRONTEIRA AGRÍCOLA

A expansão da fronteira agrícola para Piracicaba provocava o aumento da produção açucareira, o que evidenciava a possibilidade da exportação para o mercado internacional, o aumento da mão de obra escrava e o crescimento demográfico. A implementação do sistema viário favorecia o crescimento das tropas, indispensáveis ao escoamento da produção. Estes eram os elementos intrínsecos à nova realidade paulista no Vale Médio do Tietê. O fluxo dinâmico do açúcar e da agroindústria revificava as mortíferas Freguesias e as antigas Vilas.

Vitoriosa a revolução dos engenhos sobre os monjolos, as novas condições de vida em Piracicaba coincidiram com a crise geral do colonialismo português, obsoletizado diante das economias industriais em expansão. O liberalismo trazia no seu bojo uma justificação mais racional das coisas do mundo e da sociedade. A ocorrência do fenômeno em todo o Vale Médio do Tietê não isentava Piracicaba dos envolvimento ideológicos e políticos.

No roteiro das idéias e do pensamento político da época, observa-se a tendência para os caminhos da Ilustração e do Direito das Gentes, o que conduziu a um liberalismo afinado com os interesses dos proprietários de terras; dos produtores de açúcar e mantimentos; dos negociantes, de certos sacerdotes e homens de idéias que compunham a Inteligência da época.

4

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Em Itu havia representantes de um clero ilustrado e heterodoxo. Alguns versados em ciências jurídicas; outros, eram senhores proprietários dotados de razoáveis conhecimentos políticos. Havia comerciantes, letrados e o famoso boticário, todos contaminados pela "ideologia revolucionária". Não lhes faltava as idéias dos enciclopedistas. Até Kant lhes pôde ser apresentado pelo padre Diogo Antônio Feijó, em suas aulas de Filosofia. Não se tratava de cultura de cenáculo². A botica de seu Candinho (Cândido José da Motta) tornou-se o areópago do Vale Médio do Tietê.³

Os liberais ituanos se constituíam num grupo poderoso entre os proprietários de vivência urbano-rural. Chegaram a dominar a vida política da Vila, ao manifestarem-se na Câmara Municipal e nas Ordenanças. Influenciaram as decisões dos chefes do poder local e regional, até onde alcançavam os seus prepostos na vastíssima 3ª Comarca. Predominavam entre eles os grandes e os médios proprietários escravistas, embora houvessem padres abolicionistas. A idéia republicana não lhes era estranha. No entanto, aceitaram com naturalidade a regência de D. João e, depois, do Príncipe D. Pedro. Festejou-se efusivamente a elevação do Brasil a Reino e a coroação de D. João VI.⁴

A Revolução do Porto colocou a questão do Pacto Social na ordem do dia. A Maçonaria era o ponto de idéias avançadas e exercia profunda influência na orientação do pensamento dos próceres liberais> As Lojas do Rio de Janeiro, entre elas o Grande oriente, acabaram por atingir os confins do planalto paulista.

A importância da Vila de Itu, como matriz de povoamento e sede do pensamento liberal, para todo o Vale Médio do Tietê, se confere pelo grande número de povoadores que continuavam a se introduzir em Piracicaba. Some-se a isso a força de seus representantes políticos na comunidade, da linha de pensamento colonialista-absolutista, afinados com o Capitão-mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha e seu genro, João de Almeida Prado, ou da linha de pensamento liberal, aproximados do padre Feijó, de Paula Souza ou de seu Candinho, da botica.

A FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE PIRACICABA SE POLITIZA

O amadurecimento da consciência liberal em Piracicaba era lento e incompleto, mas era evidente que se buscava uma justificação mais racional da realidade. Proprietários e engenheiros partilhavam interesses comuns: a remoção dos entraves mercantilistas à exportação dos produtos; a transformação da Freguesia em Vila para ser assumida a representação dos interessados no governo público e nas Ordenanças. Nesta última hipótese, novos direitos poderiam ser assegurados, mediante a repre-

³ GERMANO-PERECIN, Marly Therezinha. *Candeias em Espelho D'Água*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 138 e 282. NOVELLI Junior. *Um Paulista Velho*. Rio de Janeiro: GRD, 1963, p. 56.

⁴ NARDY Filho, Francisco. *A Cidade de Itu, 2ª v. (Da Aclamação de D. João VI à Proclamação da República)*. São Paulo: Salesianas, 1930, p. 9-12.

5

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

⁵ Memória do Estabelecimento da Nova Povoação de Piracicaba. Câmara Municipal de Piracicaba.

⁶ NEME, Mário. História da Fundação de Piracicaba. Piracicaba, Ed. IHGP, 1974, p. 118.

⁷ NEME, Mário, op. cit., p. 132.

sentação na Comarca, e impostos podiam ser legitimados através das Posturas da Câmara.

O Senado Municipal afigurava-se como o principal recurso contra os embargos e autoritarismo da Comarca ou contra os abusos dos potentados locais. Em Piracicaba, as mais graves restrições à individualidade pública diziam respeito à grilagem das terras patrimônios da Freguesia, consumada por gente poderosa e só podiam ser resolvidas pela firme contestação aos invasores do rossio. Estes entravavam a concessão de datas para o estabelecimento das moradias e a abertura de ruas e caminhos, o que dava azo a reiteradas queixas.

O delineamento da Povoação, efetuado em 1784, não era mais respeitado, desde que o Capitão Antônio Correa Barbosa retirou-se de Piracicaba, provavelmente, em 1790.⁵ Durante várias décadas, a Freguesia esteve sob o comando dos Capitães das Ordenanças e, não raro, a população recorria aos Capitães Gerais de São Paulo contra os desmandos dele. Exemplo típico foi o de Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, expropriador acobertado pelo próprio Capitão-mor, de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

Transformada em fronteira agrícola, a Freguesia ameaçava tornar-se turbulenta. O problema era antigo. Desde a elevação de Araraitaguaba à condição de Vila, em 1797, Piracicaba caíra na dependência de duas jurisdições simultâneas, Porto Feliz e Itu. Às injunções anteriores somaram-se as atribuições conseqüentes aos desmandos do Sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, e outros, para alívio daqueles que não comungavam da sua cartilha, este foi deposto (1803) e substituído pelo Capitão Francisco Franco da Rocha. O governo da Freguesia manteve-se sob o comando das Ordenanças.⁶ Em 1808, tentou-se novo arruamento da Freguesia com o objetivo de se tentar corrigir as arbitrariedades de Arruda Botelho. Os seus efeitos foram paliativos. Em 1811, o título com que o referido se apropriara das terras patrimoniais, foi julgado pela Justiça como "nulo e burlo." Ainda assim, os seus sucessores continuaram sustentando a posse, prestigiados por outros proprietários solidários e pelo Capitão-mor de Itu. Neste mesmíssimo ano de 1811, o comando da Freguesia passou ao Capitão Domingos Soares de Barros, ituano e liberal confesso. As autoridades da Capitania, finalmente, constataram que o clamor por justiça da parte dos piracicabanos não era infundado como fazia crer o Capitão-mor ituano.⁷

Em 1816, coordenava-se um movimento político por parte dos elementos progressistas da comunidade em favor da instalação da vila e do governo municipal, processo de grande efeito, sob a liderança do Capitão Domingos Soares de Barros, o Comandante das ordenanças de Piracicaba. Buscava-se uma saída inteligente e legal para a crise.

6

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II - 1992
Número 2

NÃO HAVIA PRESSA

As duas autoridades principais da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, o Vigário Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e o Comandante das Ordenanças, Capitão Domingos Soares de Barros, passaram a representar os interesses progressistas. Estes, em 1816, dirigiram-se às autoridades da Comarca, argumentando sobre o progresso de Piracicaba e, em nome de suas prioridades, solicitaram a criação da Vila.

Diversos documentos de grande valor passaram a informar o processo reivindicatório. Sairam de Piracicaba, datados de 16/06/1816, a Representação dos Povos e a Atestação do Vigário e do Capitão. juntaram-se a eles mais os seguintes: as Informações da Câmara de Itu (03/08/1816); da Câmara de Porto Feliz (31/08/1816); o Termo de Obrigação dos Habitantes de Piracicaba (24/08/1816) e a Informação do Ouvidor da Comarca (17/09/1816).⁸ Posteriormente, foram-lhes anexados o Parecer do Governo de São Paulo (10/10/1816) e o Despacho do Procurador da Coroa (data desconhecida, porém de 1816).⁹

A tramitação destes documentos foi rápida, como se observa pelas datas. Os pareceres eram todos favoráveis à reivindicação dos progressistas e liberais de Piracicaba. Tudo transcorreu com muita felicidade e presteza, durante o primeiro e o segundo semestres de 1816. Só faltava a promulgação régia de D. João VI.

Neste exato momento, mão oculta procedeu ao infausto trabalho de obstrução e conseguiu engavetar o processo!

PIRACICABA EM 1816

Os Povos de Piracicaba, mais o Vigário e o Comandante de Armas, ao defenderem os interesses políticos progressistas perante as autoridades da Comarca, deixaram excelentes referenciais sobre a Freguesia naquela época. Atribuímos a "Representação dos Povos" ao Dr. Vergueiro e a "Atestação," expedida conjuntamente pelo Vigário Colado da Freguesia, Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, e pelo Comandante das Ordenanças, Capitão Domingos Soares de Barros, ao primeiro.¹⁰

A leitura sintética destes dois documentos nos permite analisar as seguintes implicações:

Quanto à situação geográfica: a Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba estava situada numa planície elevada sobre o rio do mesmo nome. Este formava um "grande e formoso salto e do qual se retirava água para banhar um lado da Freguesia e tocar todas as máquinas" (monjolos e o célebre engenho d'água dos Arruda Botelho).¹¹ A comunidade se ressentia da enormidade das distâncias a separá-la dos dois distritos: 14 léguas e 12 léguas em relação às Vilas de Itu e Porto Feliz, respectivamente. Ambas ficavam ao Sul. Ao Norte havia moradores até sete dias de

⁸ Livro de Instalação da Vila. nº 0002. p. 4 a p. 9 (verso)

⁹ NEME, Mário, op. cit., p. 154-155.

¹⁰ Livro de Instalação da Vila. nº 0002. A Representação dos Povos, p. 4 — idem — A Atestação do Vigário. p. 5.

¹¹ Livro da Instalação da Vila. nº 0002. A Atestação do Vigário, p. 5.

7

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

¹² Livro da Instalação da Vila. nº 0002. A Atestação do Vigário, p. 5.

¹³ Livro da Instalação da Vila. nº 0002. A Representação dos Povos, p. 4.

¹⁴ Livro de Instalação da Vila. nº 0002. A Representação dos povos, p. 4 e p. 4 (verso)

¹⁵ Livro da Instalação da Vila. nº 0002, p. 4

¹⁶ Livro da Instalação da Vila. nº 0002, p. 5

viagem, espalhados numa distância de 40 a 50 léguas: São Pedro e os Campos de Araraquara (estes, de extensões desconhecidas, muito propícios ao criatório), por onde avançava o sertão rumo a Goiás e Cuiabá. À Leste, o território de Piracicaba confinava com a Vila de São Carlos (Campinas), distante 10 léguas. À Oeste, havia moradores em até 5 léguas rio abaixo, seguindo o sertão do mesmo até os sertões do Tietê e do Paraná.¹²

Quanto às potencialidades: a fertilidade dos terrenos era impressionante, por serem os solos do tipo massapé roxo ou marme, muito apropriados para a produção agrícola. Os mesmos eram responsáveis pelo afluxo de novos proprietários e pelo crescimento da produção açucareira. Dos 18 engenhos levantados, 14 eram de açúcar e 4 eram de aguardente. Doze engenhos se achavam em fase de construção, sabendo-se que sobrava capacidade para muito mais. Fora a profusão de mantimentos, contavam-se 22 fazendas de criar, o que parecia notável, pois a memória dos cinco anos anteriores dava apenas uma fazenda de criar e poucos engenhos.¹³

Quanto à população e à vida comunitária: achavam-se estabelecidos mais de dois mil habitantes e a tendência observada era de crescimento diário, tal o afluxo de povoadores atraídos pelas novas condições de vida e a fertilidade da terra. Enfatiza-se a rapidez do crescimento demográfico, ao lembrar-se que, cinco anos antes, em 1811, Piracicaba não possuía sequer a metade.

A fundamentação básica do pedido de instalação da Vila incidia na falta da Justiça! Dados os índices de progresso e de crescimento demográfico, os reivindicantes já acreditavam estar plenamente justificada a sua causa pela instalação da Vila. A falta da Justiça, no entanto, constituía-se em sério obstáculo ao progresso e ao crescimento. Uma das queixas dizia respeito aos sérios inconvenientes ocasionados pela incidência das duas jurisdições, de Itu e de Porto Feliz sobre Piracicaba. Às vezes, atuavam conflitivamente.¹⁴

Diante do exposto, os porta-vozes liberais alegavam que a população não podia se desenvolver favorável, nem organizadamente, segundo as conveniências da ordem Social e do Serviço de S. Majestade, por faltarem-lhe a justiça e os instrumentos capazes de assegurar a manutenção da lei indispensável à ordem e ao sossego público. Faltava-lhes verdadeiramente o governo Municipal, ou seja, o Poder pelo qual governavam-se multissecularmente as comunidades ibéricas.¹⁵ Ficavam definitivamente expostos os inconvenientes com a falta da Justiça e aclareados os transtornos, o "grande incômodo e vexação" a que se submetiam os pacíficos moradores quando precisavam recorrer à proteção das leis por meio dos magistrados situados tão distantes, em Itu ou Porto Feliz.¹⁶

Os pressupostos benefícios gerais advindos para a Capitania de São Paulo, por efeito da instalação da Vila em Piracicaba, eram

ineludíveis. particularmente, por facilitar-se o roteamento do sertão desconhecido entre as três Capitânicas: São Paulo, Goiás e Mato Grosso. A título de antecipação comunicavam que as distâncias poderiam encurtar-se, uma vez que já se tinha avançado bastante no roteamento dos Campos de Araraquara.¹⁷

Premidos pelas circunstâncias, que haveremos de analisar oportunamente, os progressistas alegavam a necessidade de urgência para a instalação da Vila. Nos dois documentos é manifesta claramente a pressa com que recorriam; a mesma pressa que os induziram a propor o nome de batismo para a futura vila: Joanina! (sic). Nisto, sem o desdouro da recorrência, bem como o modelo de bajulação, quase sempre inseparável das reivindicações coloniais. Não obstante, os liberais se redimiram pela humildade, ao declararem que nomeavam o Conde da Palma (Capitão General de São Paulo) para o seu procurador e mediador junto ao Rei, dando a reconhecer que os mesmos “se encontravam sem meios de levá-los à Augusta Presença de Sua Majestade em razão da grande distâncias e da falta de relações na Corte”.¹⁸

AS INJUNÇÕES DOS PODEROSOS

O que poderia significar a pequenina Piracicaba para aqueles que a observavam de longe? Vejamos os pronunciamentos das Câmaras de Itu e de Porto Feliz.

Os camaristas ituanos confirmaram a veracidade das informações e autenticidade das intenções dos reivindicantes de Piracicaba. Bem intencionados, aditaram ao processo a sua convicção de que a futura vila tinha condições de tornar-se uma das mais populosas e opulentas de toda a Capitania de São Paulo.¹⁹

Antes de se pronunciar, os camaristas de Porto Feliz vieram pessoalmente à Piracicaba. O povo fora convocado previamente por Edital. Deixaram documentados o crescimento da população e a impressionante valorização das terras (coisa para a qual “não se fazia caso”, algum tempo antes). Também constataram haver pessoal suficiente para o exercício dos cargos da República. Quanto à reivindicação básica, julgaram necessário criar ali a Justiça, a fim de manter-se o sossego público e o progresso.²⁰

Dessa sessão camarária realizada em 24/08/1816 pelos vereadores de Porto Feliz, perante o “ajuntamento da Nobreza e mais o Povo da Freguesia” de Piracicaba, lavrou-se outro importante documento, o Termo de Vereança, justaposto à Ata, cujo conteúdo é o seguinte: — “havendo-se apresentado a nobreza e o povo de Piracicaba diante das autoridades de Porto Feliz, foi-lhes perguntado se os mesmos se comprometiam a custear o edifício público próprio para a Câmara e a Cadeia, mais o pelourinho. Diante da resposta afirmativa, assinaram os camaristas, as autoridades e os principais de Piracicaba.”²¹

¹⁷ Livro da Instalação da Vila, nº 0002, p. 4 (verso) (18) Livro da Instalação da Vila, nº 0002, p. 4 (verso) e p. 5

¹⁹ Idem. Resposta da Câmara de Itu, p. 9 (verso)

²⁰ Livro da Instalação da Vila, nº 0002. Resposta da Câmara de Porto Feliz, p. 8.

²¹ Idem. Certidão do Termo de Obrigação dos habitantes a que se refere a Câmara de Porto Feliz, p. 8 (verso) a p. 9 (verso).

9

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

O compromisso de honra e de dever, assinado pelos “principais de Piracicaba,” foi decisivo para se obter o parecer favorável da parte do Desembargador Ouvidor da Comarca, Dr. Miguel Antônio de Azevedo Veiga, que ali se achava sediado e casado, da poderosa família dos Paes de Barros, engenheiros e proprietários rurais. Em razão dos acontecimentos vindouros, adiantamos que Bento Paes de Barros (futuro Barão de Itu) e Antônio Paes de Barros (futuro Barão de Piracicaba) se transformarão em grandes proprietários na fronteira agrícola de Piracicaba e aqui manterão os seus representantes. Os mesmos eram integrantes do importantíssimo grupo de liberais cuja liderança estava em mãos dos ideólogos, Francisco de Paula Sousa e Mello, Cândido José da Motta, gente decididamente a favor de Piracicaba.

Qual o pronunciamento de Azevedo Veiga? Primeiramente, reconhecia que a Freguesia de Piracicaba, pelo fato de possuir território muito mal dividido entre as Vilas de Itu e de Porto Feliz, ficava prejudicada e se ressentia de governo próprio. Referendava o que já era consensual no tocante à fertilidade da terra e às excelentes perspectivas oferecidas à cultura da cana, dadas as cotações dos preços do açúcar no mercado internacional. Não se esquivava de reconhecer a importância de Piracicaba, não só pela atração exercida sobre os proprietários do Centro-Oeste, como pela sua ligação com os vastos e incógnitos sertões a Oeste e a Nordeste; aos Campos de Araraquara, onde se abria vasta área de criatório.

Entre tantos aspectos positivos, identificava-se um único obstáculo que era dado pela pequena representação da sociedade, pelo número pouco significativo de pessoas capacitadas para o exercício dos cargos da governança (Câmara Municipal) e da Companhia de Ordenança. O obstáculo se tornava mais considerável, quando se reconhecia o fato de ser Piracicaba uma comunidade onerada com seriíssimos problemas de ocupação e grilagem de terras públicas por parte de proprietários rurais e de engenheiros poderosos.

Outro inconveniente considerado pelo Ouvidor dizia respeito à falta de edifício público para nele serem instalados a Câmara e a Cadeia, elementos indispensáveis para o exercício da governança. Tendo em vista experiências anteriormente ocorridas em outras Freguesias, recomendou que a “graça” de Sua Majestade fosse condicionada à efetiva edificação da sede do Poder. Para tanto, exigiu compromisso assinado pelos cidadãos mais representativos de Piracicaba, presentes naquela vereança de 31/08/1816.²²

O PACTO POLÍTICO

O compromisso assinado pelas lideranças locais, diante das autoridades de Porto Feliz, por ocasião do ajuntamento da “nobreza mais o povo da Freguesia,” constitui-se num documento

10

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

denunciador das relações de poder naquela época em Piracicaba. Independentemente da promessa, jamais cumprida, de assumirem os ônus do custeio da Casa da Câmara, Cadeia e Pelourinho, indispensáveis à instalação da Vila, o destaque recai sobre o fato de todos os assinantes do termo de compromisso, serem, sem exceção, proprietários rurais e senhores de engenho. Representavam a nobreza e o povo; colonialistas e progressistas; civis; militares e religiosos; proprietários; artesãos e jornaleiros, num momento em que o açúcar era o principal referencial econômico.²³

Assinada em primeiro lugar o Vigário Colado Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, proprietário rural e sócio de engenho, representando o Clero. Em segundo lugar, o Comandante Militar da Freguesia, o Capitão Domingos Soares de Barros, proprietário rural, engenheiro e a maior autoridade militar. Seguiam-se as personalidades mais representativas da Freguesia: o Padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel, irmão do Vigário, e o Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. É flagrante a liderança deste, através da comitiva de amigos engenheiros que o acompanhavam: João Damaceno, Joaquim Mariano Galvão e Manoel Duarte. Assinaram apenas dois representantes da facção antagonista dos progressistas, ali comparecidos, como sub-comandados do Capitão Domingos Soares de Barros. Tratavam-se, justamente, dos integrantes da poderosa família dos Cerqueiras; Bento Dias Cerqueira e o Tenente João Leite da Cerqueira.

A Ata de Porto Feliz refere-se a inúmeras assinaturas, porém transcrevera para o documento apenas as dez mais importantes. Ficava demonstrado claramente quem era a favor da elevação da Freguesia à Fila: o Vigário, o Comandante, Vergueiro e os seus amigos. A oposição se esquivava, em atitude prudente e cautelatória diante do inevitável que procurou postergar, e o conseguiu efetivamente, enquanto prevaleceu o sistema colonial português. Não lhe interessava, absolutamente, o governo municipal em mãos dos liberais, seriamente empenhados na sustentação da propriedade pública e privada, na legitimação do Poder e da Justiça.

O Termo de Compromisso, assinado em 31/08/1816, processado em epílogo à Representação dos Povos e à Atestação do Vigário e do comandante da Freguesia, constitui-se no primeiro Pacto Político de Piracicaba. Trata-se de um documento eminentemente liberal, de efeito latente durante seis anos, quando a "papelada" emperrou nas gavetas da burocracia colonial, mas cujas manifestações se fizeram sentir, de maneira drástica, nos primeiros dias de agosto de 1822. Valeu por uma carta de alforria!

FONTES

Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba:

²³ Livro de Instalação da Vila. nº 0002. Certidão do termo de Obrigação a que se refere a Câmara de Porto Feliz, p. 8. (verso) a p. 9 (verso)

11

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

1. "Memória do estabelecimento da nova Povoação de Piracicaba junto à margem da parte dalém do Rio do mesmo nome e da sua mudança e reedificação para a parte daquém do dito Rio".

2. Livro da Instalação da Vila, contendo a Representação dos Povos de Piracicaba; a Atestação do Vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, as Respostas das Câmaras de Itu e de Porto Feliz, a Certidão do Termo de Obrigação dos Habitantes a que se refere a Câmara de Porto Feliz, a Informação do Ouvidor da Comarca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. *Jesuíno do Monte Carmelo*. São Paulo: Martins, 1963.

IANNI, Octávio. *Uma cidade antiga*. Campinas: UNICAMP, 1988.

NARDY F^o, Francisco. *A cidade de Itu*. São Paulo: Salesianas, 1950. v. 3.

NARDY F^o, Francisco. *A cidade de Itu*. São Paulo: Salesianas, 1951. v. 4.

NEME. *História da Fundação de Piracicaba*. Piracicaba: IHGP, 1974.

NOVELLI Junior. *Feijó, um Paulista Velho*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Constituição (Piracicaba): Barbosa x Arruda*. *Revista de Estudos Piracicabanos*, v. 1, 1972, p. 73-82.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

VITTI, Guilherme. *Elocubrações sobre uma certidão de Nascimento*. *Revista de Estudos Piracicabanos*, v. 1, 1972, p. 45-54.

RESUMO: O progresso experimentado por Piracicaba no início do século XIX, reforça o projeto dos liberais e progressistas que pleiteiam erigi-la em Vila em 1816. O projeto é apoiado pelos ideólogos sediados em Itu, onde são influentes na Câmara e na Ouvidoria, vindo a receber o aval das principais autoridades, mas, acaba procrastinado pelas forças da oposição. No jogo dos interesses, prevalecem os colonialistas e absolutistas, impedindo-se o estabelecimento do governo municipal. A derrota aparente dos liberais e progressistas liga-se, por um lado, à defesa intransigente do direito de propriedade e de outro, à posse das terras patrimoniais pelos seus adversários.

Palavras-chaves: COLONIALISTAS - DIREITO DE PROPRIEDADE - IDEOLOGIA - ITU - LIBERALISMO - PIRACICABA - PROGRESSISTAS

12

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

MEMÓRIA
PIRACICABANA

METODISTAS E LIBERAIS EM PIRACICABA

Uma aliança histórica

ZULEICA COIMBRA MESQUITA

Mestre em Educação (UNIMEP), bibliotecária e coordenadora do Arquivo e Museu Histórico do Instituto Educacional Piracicabano

O fim da guerra civil norte-americana em 1865 trouxe uma série de problemas para os sulistas que viram suas terras arrasadas, suas casas incendiadas e não podiam mais contar com a mão-de-obra escrava para a reconstrução de suas propriedades: em poucas palavras, estavam arruinados.

Além da decepção com a perda da guerra, a idéia americana de destino manifesto — expansão da América — bastante difundida na época, impulsionou os movimentos migratórios norte-americanos.

Já antes da guerra civil, a marcha para o Oeste como manifesto destino na nação era o objetivo dominante da vida norte-americana. (...) Milhares de americanos, movidos pela crença na América e seu infinito progresso, pensaram levar a imagem de seu país para o Ocidente, cruzando o pacífico em direção à Ásia (...). Para esses pioneiros, o Brasil, com sua evidente necessidade de trabalhadores, era uma das opções que se ofereciam a seu espírito aventureiro.¹

O plantio do algodão, no que se refere a lavouras de pequeno porte, na região de Santa Bárbara D'Oeste foi atrativo suficiente para os sulistas norte-americanos, acostumados à cultura algodoeira em seu país. Suas lavouras em Santa Bárbara, Campinas e Limeira ocuparam 1313 acres de terreno.

Nessa época, a vida política da Vila da Constituição (Piracica-

¹ BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf. *Escolas Americanas de confissão Protestante na Província de São Paulo, São Paulo, 1977, p. 86s. (Dissertação de Mestrado - USP)*

13

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

² JONES, Judith MacKnight. Soldado descansa: uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jard, 1967, p. 42.

³ JONES, Judith MacKnight, op. cit., p. 66.

ba) girava em torno de duas figuras: os irmãos Manuel e Prudente de Moraes, ambos advogados respeitados. Elegera-se Prudente, como Presidente da Câmara Municipal em 1864, pelo Partido Liberal, onde defendia os ideais republicanos contra os conservadores monarquistas.

Em 1868, elegeu-se deputado para a Assembléia Provincial, participando, juntamente com o irmão Manoel, da histórica Convenção de Itu.

Havia muita reserva e até mesmo certa perseguição aos militantes do Partido Liberal, por parte da Guarda Nacional. Por isso, Prudente de Moraes juntamente com seu irmão Manoel e 33 companheiros fundaram a "Augusta e Respeitável Loja Maçônica Piracicaba", local discreto e seguro onde a luta republicana ganhou espaço e força.

A aliança entre os imigrantes norte-americanos e os políticos liberais foi inevitável. Estes, lutavam pelos ideais da revolução francesa e norte-americana, desejando a separação entre Igreja e Estado, a secularização dos cemitérios, a modernização da educação, transformações estas que facilitariam muito a vida dos imigrantes norte-americanos protestantes.

Um outro elo entre imigrantes e políticos liberais foi a maçonaria. Muitos dos imigrantes eram maçons nos Estados Unidos. Falando sobre isso, Judith Mac Knight Jones afirma que antes da Guerra de Secessão a maçonaria era bastante difundida nos estados americanos do Sul.

Era de bom tom ser maçom. Quase todas as localidades tinham sua Loja Maçônica. William H. Norris ocupou graus elevados na sociedade: foi Venerável na Loja da pequena cidade de Mount Pleasant por diversos anos, chegando ao grau máximo, que é o de Grão Mestre. Foi venerável na Loja da Capital do Estado. Até hoje o seu retrato ocupa o lugar de honra na Loja Montgomery.²

Foi justamente este William H. Norris, um dos primeiros sulistas a se estabelecerem definitivamente no Brasil, onde chegou em dezembro de 1865.

O antigo Grão Mestre da "Grande Loja do Alabama" fundou sua "Washington Lodge" nº 309 em Santa Bárbara [1874] sob os auspícios do "Grande Oriente" do Brasil tendo permissão para funcionar em inglês e fazer seus relatórios nessa língua.³

Como vimos, um ano depois de fundada a Loja Maçônica de Santa Bárbara pelos norte-americanos, Prudente de Moraes fundou a "Loja de Piracicaba (1875).

A aproximação entre os dois grupos é confirmada por Hilsdorf Barbanti.

14

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II - 1992
Número 2

*Prudente de Moraes, um dos 32 fundadores e primeiro Venerável da Loja Maçônica de Piracicaba instalada em 24.11.1875, encarregou-se, em companhia de seu irmão Manoel de Moraes Barros da defesa de vários imigrantes envolvidos em processos civis e criminais na Justiça de Piracicaba.*⁴

Sabe-se também que os protestantes no Brasil tiveram razões para se unirem aos maçons visto que a Igreja Católica, especialmente através do "movimento de integrismo" e do "centro D. Vital" de características conservadoras, acusava os dois grupos de heréticos e os combatia.

*Na infância da obra evangélica em Sorocaba e em outros pontos do Estado de São Paulo, e em todo o Brasil, os pioneiros da evangelização, quando em dificuldades, ou nas angústias das perseguições sempre receberam decisivo, desinteressado e incondicional apoio da maçonaria.*⁵

Dentro dessa conjuntura social, o grupo daqueles que desejavam colocar o país à altura do século, acreditava que só a educação poderia realizar tal milagre. Nesse grupo incluíam-se protestantes, católicos liberais, maçons, republicanos, positivistas e liberais em geral, não se constituindo em categorias estanques, sendo muitos pertencentes a dois ou mais grupos e tendo algo em comum: a fé na educação.

Entre os imigrantes sulistas norte-americanos, havia um pastor metodista — o Rev. Newmann — que chegara ao Rio de Janeiro em 1867, mudando-se para Saltinho em 1869 onde se estabeleceu com a família. Em 1871, decidiu Newmann iniciar uma pequena Igreja Metodista para atender às famílias norte-americanas. O local escolhido foi uma pequena sala de chão batido, coberta de sapê, próximo a Santa Bárbara D'Oeste, onde mais tarde foi construída uma capela com o nome de "Capela do Campo", ligada organicamente à Igreja Metodista Episcopal do sul dos Estados Unidos.

As duas filhas de Newmann, Mary e Annis, fundaram em 1879, em Piracicaba, a primeira Escola Metodista. Ao fim de quase dois anos uma delas casou-se com um missionário recém-chegado — o Rev. Ramson e foi para o Rio de Janeiro. A irmã, um pouco adoentada, viu-se forçada a fechar a escola.

Com o fechamento da escola das irmãs Newmann, continuaram os filhos e filhas dos imigrantes sem escola. Hilsdorf Barbanti afirma:

*Foi possivelmente Manoel de Moraes Barros, quem emprestando ao fato um caráter político, sugeriu, ao Rev. Newmann a idéia de abrir um colégio em Piracicaba para dar início aos trabalhos do metodismo no Brasil. É o que se depreende das palavras do Rev. J.J. Ramson, numa carta que escreveu ao secretário do seu "Board".*⁶

⁴ BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf, op. cit. p. 48.

⁵ BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf, op. cit. p. 148

⁶ BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf., op. cit., p. 159.

15

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

⁷ RAMSON, J. J. Citado por VEIGA, J. em "O Colégio Piracicabano", Diário de Piracicaba, 13 de setembro de 1959. Citado por BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf, op. cit., p. 160.

⁸ BARROS, Pedro de Moraes. Discurso proferido por ocasião dos 75^o aniversário do Colégio Piracicabano. Arquivo do Museu do Instituto Educacional Piracicabano, p. 3.

Do conteúdo dessa carta constava:

Um advogado de renome dessa cidade escreveu ao irmão Newmann estimulando-o a abrir um colégio lá. Meu plano é ir a Piracicaba, conseguir pensão em casa de alguma família brasileira educada e logo que for possível, abrir uma escola para brasileiros (...) logo que for aberta, nossa escola, o irmão Newmann virá a Piracicaba e t eremos a senhorita Annie Newmann na escola. Mas necessitamos de algumas moças instruídas como a Senhorita Anderson que esteve em Campinas. Procure tais pessoas agora...⁷

O interesse dos Moraes Barros na implantação de uma escola em Piracicaba era justificado. O ensino particular na cidade era fraquíssimo e a escola pública, praticamente inexistente.

A carta do Rev. Ramson produziu efeitos. Em 1880 ele foi aos Estados Unidos e de lá voltou trazendo mais dois missionários metodistas e a professora Martha Watts com o objetivo específico de fundar um colégio.

Martha Watts chegou a Piracicaba em maio de 1881 trazendo uma carta de apresentação às autoridades locais, os irmãos Moraes Barros, que assim a acolheram.

Assim foi que vindo Miss Watts à Piracicaba, se hospedou em casa de meu saudoso pai e logo conheceu Prudente. As conversas que os três tiveram, converteram em brilhante realidade a idéia de instalar aqui o Colégio.⁸

Com o total apoio da liderança política local, representada pela família Moraes, Miss Watts abriu a escola a 13 de setembro de 1881, tendo como única aluna a menina Maria Escobar, filha do jornalista liberal Antonio Gomes de Escobar, diretor dos jornais "O Piracicaba" e "Palavra de Deus", de linha contrária à Igreja Católica.

A escola funcionou a princípio em uma casa alugada no Largo da Matriz, mas, já em 1882, Miss Watts adquiriu uma área de terras localizada na rua Boa Morte, compreendendo as esquinas das ruas do Ourives e Esperança, atualmente Rangel Pestana e D. Pedro II.

Em janeiro de 1883, iniciaram-se as obras da sede própria da escola no terreno adquirido. A imponência do edifício, comparado com o acanhado casario da Vila, na época, ajudou a convencer a elite de que o colégio Metodista tinha vindo para se estabelecer definitivamente.

Igreja Metodista e Colégio caminharam juntos em Piracicaba, e, em 3 de março de 1885, iniciou-se a construção do templo da Igreja Metodista, nos terrenos do colégio, esquina da Boa Morte com Rangel Pestana. Somente foi possível construir a torre deste templo com o apoio de Manoel de Moraes Barros, pois a velha lei

16

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

do império proibia a construção de edifícios em forma de Igreja para os credos não católicos.

O Colégio Assunção, dirigido pelas irmãs de "São José Chambery", recebia apoio da maioria católico-conservadora e de famílias protegidas pela monarquia, enquanto o Colégio Piracicabano era abertamente apoiado pelos liberais em geral, pertencentes ao Partido Republicano, Maçonaria e grupos anticlericais. Não foi por acaso, portanto, que a primeira aluna do Colégio Piracicabano (Maria Escobar) era filha do jornalista que se opunha ao clero.

No primeiro ano de seu funcionamento regular (1882), Prudente e Manoel de Moraes matricularam seus filhos e filhas na nova escola. Muitos membros da família de Prudente de Moraes estudaram no Colégio Piracicabano nos anos subseqüentes tornando-se amigos fiéis e protetores da escola.

Eula Kennedy Long⁹ relata que Miss Martha Watts, quando dirigia o Colégio Americano de Petrópolis fundado por ela em 1895, foi visitada pela esposa de Prudente de Moraes, Presidente da República, na época. D. Adelaide Moraes era velha amiga de Miss Watts, dos tempos de Piracicaba.

Na verdade, as escolas protestantes no Brasil representavam para as elites liberais uma esperança de modernidade e de concretização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade dos quais comungavam.

A admiração dessas elites pelo modelo de sociedade norte-americano transparece no texto seguinte:

*O verdadeiro espírito de bandeirante, Miss Martha Watts recebeu, confiante e risonha a árdua e delicada tarefa de transplantar para o Brasil a primeira árvore — exótica para nós — da preciosa espécie norte-americana. Trazer para cá, para a nossa terra roxa, para um meio onde imperava sozinha outra religião, embora irmã do mesmo tronco cristão, era obra de tato, de muita psicologia, de muita diplomacia. Ela vinha da pátria de Jefferson, o filósofo da democracia americana — da terra — da liberdade de culto, da separação da Igreja do Estado, da secularização dos cemitérios, do país, onde, há 16 anos, já não havia escravos, para se instalar na única nação monarquista das três Américas, onde sua Majestade Pedro II era protetor e protegido da religião católica, religião do Estado.*¹⁰

Episódio ilustrativo do espírito do tempo que caracterizava-se pela super valorização da educação como fator de progresso foi o lançamento da pedra fundamental do edifício do Colégio Piracicabano, no dia 08 de fevereiro de 1883. Neste ato, as autoridades religiosas metodistas estavam rodeadas pelas forças políticas liberais. Entre os presentes, discursaram Rangel Pestana e Manoel Barros. À noite, houve nova solenidade no Teatro de

⁹ LONG, Eula Kennedy. Do meu velho baú metodista. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã, 1968. p. 181s.

¹⁰ BARROS, Pedro de Moraes, op. cit., p. 2s.

17

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

¹¹ GAZETA DE PIRACICABA, 11 de Fevereiro de 1883. Citado por BABANTI, Maria Lúcia Hilsdorf, op. cit., p. 153s.

¹² KENNEDY, James L. Cincoenta Anos do Methodismo no Brasil. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928, p. 323.

Piracicaba. Rangel Pestana e Nash Norton — missionário presbiteriano — discursaram sobre a educação da mulher. As alunas do Colégio Piracicabano cantaram “La Marseillaise”. A “Gazeta de Piracicaba” noticiou assim o final da festa.

Os espectadores, a quem o Sr. Ramson guardava uma surpresa, ouviram-no fazer um resumo da população d’este município, dos meninos que freqüentam as escolas públicas e proferir algumas palavras bem ditas sobre o procedimento do governo que nomeando professores públicos não lhes fornece casa nem mobília para as escolas e, terminou propondo uma subscrição entre o auditório, até à quantia de um conto de réis, com o fim de fazer-se a aquisição’ da mobília necessária às mesmas escolas. Para isso, ofereceu, por parte do Colégio Piracicabano, a quantia de 50\$000 tirada de mensalidades ali pagas e 50\$000 por parte das professoras e de dois cavalheiros. Essas quantias foram entregues ao Sr. Presidente da Câmara para, reunida com 350 e tantos mil que a subscrição rendeu ali, e com o mais que produzirem os esforços de uma comissão que será nomeada, dar o destino justamente almejado. Assim, fechou-se com chave de ouro aquela esplêndida festa escolar. ¹¹

A quantia arrecadada, segundo informação de BARBANTI, possibilitou a compra de mobiliário para oito escolas públicas de Piracicaba.

Contando com tal apoio político, o Colégio Piracicabano começou a ganhar clientela imediata no seio das elites, seus amigos e correligionários que constituíam também a classe média urbana nascente: médicos, advogados e comerciantes.

Além destes, os filhos e filhas de imigrantes de origem protestante matricularam-se na escola metodista onde não estariam sujeitos à discriminação religiosa. Este tipo de clientela manteve-se nos anos subseqüentes se examinarmos os livros de matrícula do Colégio Piracicabano.

Grande parte do sucesso da escola entre as elites da região deveu-se também no nível do corpo docente que a integrava. Desde o início, buscou o Colégio Piracicabano manter um corpo de professores bem preparados para o desenvolvimento do programa educativo inovador a que se propunha.

A postura avançada assumida pela escola — foi a primeira escola a ministrar a co-educação num tempo em que as escolas mantinham educação separada para meninos e meninas — bem como o fato do ensino religioso não ser católico, motivou problemas com o inspetor de ensino em 1887.

Em 27 de janeiro daquele ano, o Dr. Abílio E. Vienna, então inspetor literário, enviou uma comunicação oficial a Miss Bruce ¹² dizendo que em virtude dos estatutos de 1851, de abril de 1869 e de 8 de novembro de 1851, ela seria obrigada a fazer duas coisas:

18

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

1. Excluir os rapazes de dez anos para cima.
2. Tomar um professor para ensinar a religião do Estado, que naquela época era a católica romana.¹³

O caso foi parar nos jornais, "O Paiz", um dos principais jornais diários do Rio de Janeiro, publicou um artigo condenando o fato, na edição de 4 de fevereiro de 1887. Na sessão de 17 de fevereiro de 1887 da Assembléia Provincial de São Paulo, Rangel Pestana proferiu veemente discurso, reprovando a determinação do inspetor e o incidente acabou causando a demissão deste e a promoção da escola.

Na filosofia educacional implantada na escola metodista estavam presentes os princípios liberais.

Há uma coisa muito especial e que se procura com todo o carinho cultivar no espírito das alunas do Piracicabano, que é a combinação de sentimentos de lealdade e entusiasmo, devida em parte aos altos ideais de caráter e preparo que se exige e em parte à largura da vida colegial e a ausência de espionagem e restrições irritantes. As estudantes compreendem as suas responsabilidades e sua participação no governo interno do estabelecimento. por meio da "Legião de Honra" desenvolvem seu amor próprio e a independência de caráter. O caráter é o fim principal desse esforço — caráter baseado na reverência pela verdade, estimulado pelo amor, fortalecido pela inteligência e embelezado pela prática de cortesia. O desenvolvimento do poder espiritual é o alvo — o resultado: cultura, caráter e eficiência social.¹⁴

A ênfase na eficiência, um dos traços marcantes do liberalismo, aparece nítido neste texto. Educação aqui também se confunde com religião quando se afirma que "o poder espiritual é o alvo".

O princípio da liberdade individual é evidente quando se coloca "a ausência de espionagem" e "restrições irritantes".

Não só em Piracicaba como em outras partes do país as escolas metodistas, como outras de confissão protestante cumpriram seu objetivo, o de formar lideranças dentro dos princípios do liberalismo.

A educação americana de princípios liberais veio a calhar na sociedade brasileira, ávida de inovações no campo pedagógico. Veio a calhar no contexto de obscurantismo que a educação jesuítica legara e o governo imperial confirmara. Veio também a calhar aos interesses do grupo republicano em Piracicaba que praticamente "encomendara" a escola metodista. Houve todo um casamento de interesses que resultou no sucesso do Colégio Piracicabano e no crescimento e prestígio dos metodistas.

Os republicanos brasileiros buscavam, como vimos, espelhar-

¹³ Miss Bruce substituiu miss Martha Watts, então em férias nos EUA.

¹⁴ PROSPECTO DO COLÉGIO PIRACICABANO, 1921. Arquivo do Museu do Instituto Educacional Piracicabano.

19

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

se nos E.U.A. que representava para eles a modernidade e o progresso. À Inglaterra ligava-se a monarquia retrógrada.

Educar as elites para que elas viessem a mudar o país foi o objetivo da educação missionária norte-americana. E, se esta foi a proposta, é possível analisar hoje os resultados. Grande parte da elite, hoje no poder, passou pelos colégios metodistas e outros colégios de confissão protestante espalhados no país. Isto ocorreu não apenas no Brasil mas também em outros países da América Latina.

Quantos representantes das elites dirigentes de Piracicaba e região, hoje, passaram pelo Colégio Piracicabano? Este é um assunto para outra pesquisa, que vale a pena ser feita.

RESUMO: A história da implantação do Metodismo em Piracicaba tem diretas conexões com o movimento liberal republicano nesta região, no final do século XIX.

O Colégio Piracicabano, embrião da atual Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), nasceu, poderíamos dizer, na sala de visitas da família Moraes Barros, que representava a liderança liberal da época.

Foi, também, no espaço da Maçonaria que abrigou os dois grupos que esta aliança se solidificou. Buscar entender o relacionamento entre eles, seus interesses comuns, ajuda-nos a entender melhor a história de Piracicaba.

Palavras-chaves:

LIBERALISMO - MAÇONARIA - METODISMO - REPÚBLICA

20

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

MEMÓRIA
PIRACICABANA

CONTRADIÇÃO E MUDANÇA

A História Recente da E. S. A.
"Luiz de Queiroz"

MARIA DULCE BANDIERA BERGAMIN

Professora titular e chefe do Departamento de Economia Doméstica da ESALQ

Tendo completado 90 anos de existência em 1991, a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), em comemoração, desenvolveu intensa programação científica e cultural, durante todo o ano. Paralelamente a esse fato, de grande relevância histórica, processou-se na mesma escola um outro, independente dele mas também relevante tanto para a ESALQ como para o ensino superior piracicabano de um modo geral. Trata-se de um processo de mudança interna, iniciado em 1990, porém, efetivamente desencadeado e definido em 1991.

Dada a importância das implicações desse processo para o ensino de terceiro grau em Piracicaba, e a natureza histórica que o caracteriza, iremos analisá-lo de forma sucinta, buscando fazê-lo sem prejuízo da precisão e fidelidade aos fatos. Para isso, convém iniciar a análise retrocedendo duas décadas e meia no tempo, e voltando ao ano de 1967.

A ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESALQ

Nesse ano, após vários outros de preparação e organização interna, além de contactos com a "Ohio State University", universidade norte-americana, instalou-se na ESALQ o curso de Graduação em Economia Doméstica, (CGED) que se destinava a preparar profissionais para atuar em um mercado de trabalho que então começava a se estruturar no estado de São Paulo.

Implantado em 1967, o Curso de Graduação em Economia

21

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Doméstica foi aberto com 25 vagas e nesse ano foi admitido pelo exame vestibular a primeira turma, de oito alunos. Já no ano de 1968 foram preenchidas as 25 vagas; assim, a partir de 1970, a ESALQ passou a formar economistas domésticos. Estes, pouco a pouco, se lançaram no mercado de trabalho. Conquistaram espaços em instituições públicas e particulares e desenvolveram atividades educativas dirigidas principalmente ao grupo familiar, no município e na região.

O Curso de Economia Doméstica da ESALQ teve, desde a sua fundação, características próprias que o distinguiram dos demais cursos desse tipo existentes no Brasil. Embora pertencendo a uma escola de agronomia não assumiu, desde o início, a formação de profissionais para atuar na zona rural. Ao contrário, voltou-se logo para a realidade urbana, e os profissionais dele egressos dirigiram-se para instituições aí localizadas, como escolas ou outras entidades educativas, bem como indústrias, hospitais, restaurantes industriais, etc.

É relativamente recente a absorção de economistas domésticos da ESALQ por empresas rurais da região de Piracicaba, como as usinas. A maior porcentagem deles foi mais facilmente absorvida por empresas ou outras instituições urbanas, atuando nelas em diferentes tipos de funções, muitas vezes ligadas à administração. Verifica-se, portanto, que, à medida que se estruturava, o mercado de trabalho deste profissionais assumia, no Estado de São Paulo, características coerentes com o sistema socioeconômico e com a realidade predominantemente urbana desse Estado.

Outro fator que contribuiu para distinguir o Curso de Economia Doméstica, da ESALQ, foi o fato de ele pertencer à Universidade de São Paulo, que exige dos seus docentes a dedicação à pesquisa e a estudos pós-graduados, para o progresso na carreira docente. Não havendo no Brasil, até recentemente, cursos de pós-graduação em Economia Doméstica, a exigência da Universidade de São Paulo foi satisfeita através da realização de pós-graduação em outras áreas de conhecimento como as ciências humanas (básicas) ou outras, mais aplicadas, todas elas correlatas à Economia Doméstica.

A consequência desse fato para o curso existente na ESALQ, foi a formação de um corpo docente bastante diverso daquele que atua nas demais universidades brasileiras, onde a exigência de pós-graduação e as atividades de pesquisa são bem mais restritas. Isso traz implicações óbvias para o conhecimento e a forma de atuação profissional dos docentes, com influência por exemplo, na sua visão de mundo e de sociedade.

Finalmente, um terceiro fator que contribuiu para diferenciar o curso de Economia Doméstica da ESALQ: o fato de que, já em sua estrutura inicial, grande peso foi atribuído a uma das suas áreas de estudo e pesquisa: a área de nutrição e alimentos, que sempre contou com um número de docentes maior do que as demais áreas. Uma consequência importante desse fato foi a

22

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

grande concentração de profissionais absorvidos pelo mercado de trabalho para atuar em atividades ligadas a alimentos e nutrição.

Está, assim, caracterizado, em linhas gerais, o Curso de Graduação em Economia Doméstica da ESALQ, que chegou a assumir a liderança entre os demais do seu gênero no Brasil. Em 1989, promoveu e sediou o X Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Assim, pode-se analisar brevemente o seu desenvolvimento enquanto estrutura didática e administrativa.

Na década de 60, época da fundação do CGED, existiam na ESALQ as antigas "Cadeiras" de ensino (Química, Física, Matemática, Agricultura, Solos, etc) que, com a reforma universitária de 1970 foram agrupadas dando origem aos atuais "Departamentos". Ao se implantar o CGED, as disciplinas que iriam compor a sua estrutura curricular foram atribuídas às cadeiras afins.

Os docentes das disciplinas novas, até então inexistentes na ESALQ, especialmente preparados para a função que exerceriam (como foi o caso desta autora) ficaram lotados em duas cadeiras mais ligadas ao CGED pela afinidade do conhecimento. Assim, docentes de disciplinas da área de ciências humanas, ficaram lotados na antiga Cadeira, hoje Departamento de Economia e Sociologia Rural. Os demais docentes, da área de Nutrição e Alimentos, ficaram lotados no antigo Instituto Zimotécnico, hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Agroindustrial.

Em termos gerais, essa situação dos docentes e das disciplinas perdurou até 1986, quando foi criado o Departamento de Economia Doméstica. Deve-se notar que este fato foi precedido pela regulamentação da profissão, por decreto de outubro de 1985 (Decreto Lei nº 7.387). Sob o ponto de vista institucional, isso foi possível em virtude da produção científica e da titulação dos docentes que respondiam pelo CGED.

Instalado em 30 de março de 1987, o Departamento de Economia Doméstica contava, já nessa data, com 13 professores, pertencentes às várias categorias docentes da Universidade de São Paulo, com exceção da de Professor Titular, conquistado em 1990. Desses 13 docentes, oito atuavam em diferentes campos das Ciências Humanas, como Psicologia, Antropologia, Administração, Economia, Educação, Artes, e outras. Os demais atuavam em Alimentos, Nutrição e Saúde, ou Ciências Biológicas.

CONTRADIÇÃO E MUDANÇA

Desenvolveu-se, assim, o Curso de Graduação em Economia Doméstica da ESALQ, com o progresso dos seus docentes na carreira e a regulamentação da profissão, até a fundação do Departamento, criado para abrigá-lo. De 1967 a 1987, quando se instalou o 16º departamento da ESALQ, muito trabalho foi desenvolvido em termos de aulas, pesquisas realizadas, extensão de serviços à comunidade, e conquistas acadêmicas nos vários graus, além do aprimoramento da estrutura curricular.

23

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Entretanto, enquanto o curso e o Departamento se aprimoravam, na ESALQ, em seu próprio interior crescia a contradição inerente a todo processo social: iniciara-se já em 1980 o problema das vagas ociosas no CGED. Inicialmente, este problema foi resolvido com campanhas de divulgação desenvolvidas junto aos alunos de segundo grau, candidatos potenciais à universidade. Posteriormente, voltou a crescer, agravando-se ao extremo no ano de 1989, quando foi indicado como o mais grave do gênero na Universidade.

Reconhecida a dificuldade ou mesmo impossibilidade de se reverter essa situação, devida, em parte, ao próprio nome do curso e da profissão, que traz consigo um estigma, o corpo docente do Departamento de Economia Doméstica tomou a iniciativa de propor à Diretoria da ESALQ a suspensão do vestibular para o CGED no ano de 1990. O objetivo era de se buscar uma solução, para a reformulação do CGED. Iniciou-se então no departamento um processo de estudos e discussões que levaram à conclusão de que o Curso de Graduação em Economia Doméstica da ESALQ havia se tornado inviável e deveria ser reformulado de modo a se transformar em Curso de Nutrição.

As razões pelas quais a Economia Doméstica se tornara inviável na ESALQ foram exaustivamente discutidas pelo corpo docente do departamento. Concluiu-se que essas razões incluem fatores muito diversificados e complexos, que vão desde os fatores acadêmicos, antes mencionados, até o estigma que cerca o nome "Doméstica", e que se explica, em parte, pela situação socioeconômica e cultural da população paulista e pelo grau de industrialização já atingido pelo Estado de São Paulo.

O CURSO DE NUTRIÇÃO NA ESALQ

Como foi notado acima, o Curso de Graduação em Economia Doméstica da ESALQ sempre se caracterizou por uma forte ênfase dada à área de estudos de nutrição e alimentos. Esta área, que desde a fundação do CGED distinguiu-se das outras por contar com vários docentes e oferecer maior número de disciplinas na estrutura curricular, sem dúvida teve condições de se desenvolver e ampliar, seja através da expansão e diversificação dos seus laboratórios, seja através de um grande número de trabalhos publicados.

Além disso, as próprias condições de vida da população em geral exigiram sempre, como continuam a exigir, que as instituições públicas e particulares dediquem muita atenção aos problemas de alimentação e nutrição. Para tanto, faz-se necessária a instalação de programas educativos e alimentares que suprissem deficiências capazes de prejudicar o desempenho ocupacional, escolar, etc. Surgiram, assim, os programas de educação alimentar mantidos pelas administrações municipais, programas de alimentação propriamente dito em escolas e creches, ou em restaurantes

24

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

industriais, entre outros.

Dessa forma, profissionais como os Economistas Domésticos foram absorvidos, em larga escala, por programas desse tipo, com atuação na área de Nutrição e Alimentos. Pesquisa recentemente realizada por docentes do Departamento de Economia Doméstica da ESALQ demonstra que uma grande porcentagem de seus ex-alunos atuam, em programas como os mencionados.

Assim, ao se convencer da inviabilidade de se continuar mantendo o Curso de Graduação em Economia Doméstica, o corpo docente por ele responsável optou por transformá-lo em um curso de Nutrição. Proposta elaborada com esse objetivo foi aprovada pelo Conselho do Departamento e encaminhada à Diretoria da ESALQ, no segundo semestre de 1991. Analisada e discutida por uma comissão especial, designada pelo Diretor, será objeto de discussão também na Congregação da ESALQ e, se aprovada por esse colegiado, deverá ser encaminhada à Reitoria da Universidade de São Paulo para posterior aprovação nos outros Colegiados de mais alto nível. Provável aprovação dessa proposta, levará à implantação de um curso de Nutrição no "campus" da Universidade de São Paulo em Piracicaba. Este fato representará, certamente, um passo a mais no sentido do progresso da cultura e da educação nesta cidade, principalmente em função das características que esse curso deverá assumir, previstas na proposta de sua criação. Portanto, cabe analisar, mesmo de modo sucinto, os principais aspectos dessa proposta.

O curso de Nutrição proposto para a ESALQ tem características que o distinguem dos demais cursos do gênero existentes no país. É claro que as exigências do currículo mínimo foram atendidas na proposta, de modo que os profissionais terão uma formação completa em Nutrição o que os habilitará a exercerem a profissão como qualquer outro do seu campo.

Contudo, o curso a ser implantado na ESALQ, se a proposta for aprovada até a última instância decisória da Universidade de São Paulo, irá formar um nutricionista, que, além da formação básica e profissionalizante fornecida pelos demais cursos, terá uma habilitação específica. Tal habilitação vai possibilitar ao nutricionista formado na ESALQ atuar com eficiência na organização e na administração de programas e serviços de alimentação. Os docentes da ESALQ, responsáveis pela elaboração da proposta, sendo predominantemente Economistas Domésticos, constituem-se em um grupo particularmente habilitado para planejar um curso como esse. Com efeito, esses profissionais atuam no sentido de promover, na medida do possível, no meio social, a satisfação das necessidades básicas da população.

Para oferecer esse tipo de formação ao futuro profissional, o curso de Nutrição da ESALQ dará aos seus alunos uma sólida base teórica em ciências humanas (Antropologia, Sociologia, Psicologia), em ciências biológicas (Genética, Ecologia, Biologia, Microbiologia, etc) e em ciências da administração (Economia, Adminis-

25

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

tração, etc). Além dessa base teórica, toda a formação profissionalizante, ministrada através das disciplinas específicas e aplicadas, será complementada pela realização de um programa de estágio supervisionado a ser desenvolvido junto a entidades comunitárias.

A preocupação com o social, isto é, com o problema da alimentação, escassa e de má qualidade, que atinge a maior parte da população brasileira, caracteriza igualmente o futuro Curso de Nutrição da ESALQ. Daí a sólida base teórica em ciências humanas que se prevê para o nutricionista a ser formado, e que já tem sido reivindicada pela classe profissional em diferentes ocasiões.

Outra característica marcante desse curso encontra-se no fato de que será orientado por uma abordagem ecológica em toda a sua amplitude. A proposta enviada assume uma posição teórica (que se inicia pelo estudo básico de Ecologia) e prática (completando o estudo teórico com ações práticas de cunho ecológico aplicadas à atuação profissional) Ambas serão pautadas por princípios inspirados em uma visão holística de mundo, isto é, totalizante e integradora.

CONCLUSÃO

A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", que completou seus 90 anos de existência em 1991, vive hoje um processo de mudança interna. Mais uma vez demonstra a sua vitalidade institucional, na medida em que se prepara para implantar em seu "campus" mais um curso, de características inovadoras, e que irá marcar o início de uma nova modalidade na formação de nutricionistas. Pelas características descritas, já se pode prever que o curso de Nutrição a ser implantado na ESALQ irá corresponder às necessidades sentidas não apenas pelo mercado de trabalho, que busca pessoal competente para a administração de programas de alimentação coletiva, mas também por toda a sociedade, que deve se organizar cada vez mais para oferecer serviços desse tipo. Verifica-se ainda o amplo alcance do curso em questão, pela proposta de formar profissionais capazes de uma visão de mundo avançada, já que se assenta em bases ecológicas.

RESUMO: Breve análise da história recente da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), da Universidade de São Paulo, sob o ponto de vista do Curso de Graduação em Economia Doméstica (CGED), sua evolução e mudança. Verifica-se que este curso durante vinte anos evoluiu até provocar a criação de um departamento na ESALQ. Posteriormente, passou a enfrentar uma contradição que o tornou inviável, devendo ser transformado em um curso de Nutrição que se pretende seja inovador e capaz de atender à demanda do mercado de trabalho e de uma necessidade social básica: a necessidade alimentar.

Palavras-chaves:

CONTRADIÇÃO — ECONOMIA DOMÉSTICA — ESALQ
— INSTITUIÇÃO — MUDANÇA — NUTRIÇÃO

26

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

MEMÓRIA
BRASILEIRA

MEMÓRIA DA ESCRavidÃO

A Escravidão no Brasil e a Depravação Sexual

HUGO PEDRO CARRADORE

Historiador e folclorista, presidente do IHGP, Titular da Academia Paulistana da História e autor, entre outros, de "Negritude na América", "Paulista Graças a Deus" e o "Drama da Liberdade"

Eu creio que a minha abordagem do sexo na formação brasileira contrariou preconceitos, ou vamos dizer, mais respeitosa e conceitos quer da parte dos intelectuais de formação Jesuítica, quer dos que aderiram mais fanáticamente ao Marxismo.

(GILBERTO FREYRE — Folha de São Paulo 5/11/72)

Muitas vezes, a historiografia social brasileira atribuiu ao negro a culpa pela degradação dos costumes na sociedade colonial.

Ordinariamente, responsabiliza-se a negra pela depravação no seio da família escravocrata. Na realidade, porém, o agente corruptor não foi a negra, mas sim, a escrava, elemento passivo exposto à vontade dos senhores brancos.

A colonização do Brasil se deu através da formação de uma sociedade agrária escravista. Foram quase quatro séculos de escravatura, primeiro do índio, depois do negro. Tanto um como o outro tiveram um papel relevante na formação da família brasileira.

Os primeiros contatos entre os europeus conquistadores da terra e os índios, donos dela, foram amistosos. As nativas deslumbradas com a brancura da pele e, muitas vezes, com os cabelos dourados de alguns "deuses vindo do fim do mar, entregavam-se a eles. Dessas relações nasceram os mamelucos, filhos de pais cristãos que não assumiam a paternidade. Com isso, as índias não

27

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

¹No caso referido pelo padre Simão de Vasconcelos trata-se de Paschoal Barrufo da Bertioaga.

se importavam. Sentiam-se vaidosas em vê-los como um ser meio curumim, meio deus, brincando e rindo entre seus irmãos, filhos legítimos da floresta.

Na ausência quase total de mulheres brancas, o colonizador relacionava-se afetivamente com as nativas. Tanto Nóbrega como Anchieta lamentaram em suas cartas a licenciosidade entre os colonos e as índias. Escreveu o padre Manuel da Nóbrega: "homens casados em Portugal vivendo, por toda a costa em grande pecado; pelo sertão se espalham filhos de cristãos vivendo e criando-se nos costumes de gentio.

Gilberto Freyre não tem meios termos ao tratar do assunto:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase uma intoxicação sexual. (...) O desregramento do conquistador — no dizer de Paulo Prado — veio encontrar-se em nossas praias com a sexualidade do índio. Da índia, diria mais precisamente.

O padre Anchieta, nas suas observações sobre os costumes indígenas, registrou que a mulher não se aborrecia quando o seu consorte mantinha relações com outras índias:

ainda que a deixe de todo, não faz caso disso, porque se ainda é moça, ela toma outro..." "Se a mulher acerta ser varonil e virago, também ela deixa o marido e toma outro.

Viajantes que por aqui passaram, sem compreender a estrutura da sociedade nativa, registraram em suas crônicas impressões errôneas sobre a moral sexual dos nossos índios. Em carta, Américo Vespúcio diz a Lorenzo de Médici:

tantas mulheres quantas querem e o filho se junta com a mãe, e o irmão com a irmã, e o primo com a prima, e o caminhante com a que encontra.

Na realidade, Vespúcio estava mal informado sobre a estrutura familiar de nossos índios. Ele não sabia que o parentesco era somente patrilinear, ou seja, estabelecido só pela linha paterna. O tio, irmão do pai, tinha a sobrinha como filha. Só as relações sexuais entre os parentes da linha paterna eram consideradas incestuosas. Anchieta esclarece: "das filhas das irmãs sem nenhum pejo ad copulam". Gabriel Soares observou que

a moça... a todos os parentes da parte do pai chama de pai, e eles a ela de filha. O tio, irmão do pai da moça, não casa com a sobrinha, nem lhe toca quando fazem o que devem, mas tem-na em lugar de filha, e ela como o pai lhe obedece, depois da morte do pai.

28

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Daí, conclui-se que não havia qualquer anormalidade a sobrinha ou o sobrinho manter intercurso sexual com o tio ou a tia do lado materno. "As mães — asseverou Anchieta — não são mais que uns sacos em que se criam as crianças.

Nos primeiros tempos, a escravização do índio foi o recurso motor para a criação e desenvolvimento de uma base econômica.

Muitos colonos, pouco se importavam com a imposição dos padres em vestir os escravos indígenas, acostumados com a nudez total, visto a extrema escassez de tecidos no princípio da colonização. "Como o vestuário o não chega para todos, andavam as mulheres nuas".

Em "Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Iesu" (Lisboa, 1672), o padre Simão de Vasconcellos relata a respeito de um rico colono que recebeu convivas à sua mesa de refeição, entre os quais encontravam-se alguns padres jesuítas: "A tempo do jantar trançaram (fizeram) que servissem a mesa algumas índias, descompostas e nuas."¹

Na divisão da sociedade em senhores e escravos, foi fácil transmitir ao negro o erotismo, a concupiscência e a devastação sexual como atributo da raça. Entretanto, os estudiosos do assunto têm constatado que os povos primitivos, incluindo-se os africanos, são menos lascivo e mais mesurados no seu apetite sexual que os chamados civilizados. "É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Cultos fálicos. Orgias. Enquanto que no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações." Como explica o mestre Gilberto Freyre.

A escrava não passava de um objeto que o senhor tinha à sua disposição para dela fazer o uso que bem lhe apetecesse.

Dentro da casa-grande e do sobrado, cercado de mulatas e negrinhas, muitas vezes ainda impúberes, amolengados nas redes, os senhores entregavam-se ao cafuné e a todos os tipos de carícias nas mãos das escravas. O afeto e a confiança entre as mucamas e as senhoras; as aias, as sinhazinhas; as mães pretas e as crianças, entre os garotos e as molecas, geraram a licenciosidade dos costumes.

O erotismo dos sinhozinhos liberado desde cedo, com a convivência entre as mucamas e mulatinhas, irmãs de leite, quando não, de sangue, facilitava relações incestuosas, gerando filhos, fruto de amores ilícitos, apadrinhados, gozando de posição privilegiada no seio da família.

Resultante do sistema, a preocupação patriarcal na educação dos jovens era visceralmente machista. Os meninos, mal atingiam a puberdade, eram atirados nos braços das negrinhas que se entregavam a eles sem pejo.

Bernardo Guimarães (1827 — 1884) pertenceu à segunda

29

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II - 1992
Número 2

geração romântica. Assistiu os últimos anos de escravatura, sem contudo alcançar a abolição. "Como romancista, escreveu Paulo Dantas, conservou-se fiel às raízes de sua terra, operando através de suas narrações um curioso e tocante levantamento topográfico e emocional das coisas e das gentes do Brasil". Em 1875, publicou "A Escrava Isaura", fazendo o retrato da família brasileira na época do cativo — a história dentro da própria história — Isaura, a escrava mulata, mais branca que mulata, é o pitêu, o instrumento da cobiça:

— Escuta, Isaura, é muito criança, e não sabes dar às coisas o devido peso. Um dia, e talvez já tarde, te arrependerás de ter rejeitado o meu amor.

— Nunca! — exclamou Isaura. — Eu cometeria uma traição infame para com minha senhora, se desse ouvidos às palavras amorosas de meu senhor.

(...)

— O que o senhor acaba de dizer, me horroriza. Como se pode esquecer e abandonar ao desprezo uma mulher tão amante e carinhosa, tão cheia de encantos e virtudes, como sinhá Malvina? Meu senhor, perdoe-me se lhe falo com franqueza; abandonar uma mulher bonita, fiel e virtuosa por amor de uma pobre escrava, seria a mais feia das ingratidões.

A tão severa e esmagadora exprobração, Leôncio sentiu revoltar-se o seu orgulho.

— Cala-te, escrava insolente! — bradou cheio de cólera — Que eu suporte sem irritar-me os teus desdêns e repulsas, ainda vá; mas repreensões!... com quem pensas tu, que falas?...

— Perdão! Senhor!... exclamou Isaura aterrada e arrependida das palavras que lhe tinham escapado.

— E entretanto, se te mostrasse mais branda comigo... mas não; é muito aviltar-me diante de uma escrava; que necessidade tenho eu de pedir aquilo que de direito me pertence? Lembra-te, escrava ingrata e rebelde, que em corpo e alma me pertences, a mim só e a mais ninguém. És propriedade minha; um vaso, que tenho entre as minhas mãos, e que posso usar dele ou despedaçá-lo a meu sabor.

— Pode despedaçá-lo, meu senhor, bem o sei; mas, por piedade, não queira usar dele para fins impuros e vergonhosos. A escrava também tem coração, e não é dado ao senhor querer governar os seus afetos.

— Afetos!... quem fala aqui em afetos?! Podes acaso dispor deles?...

— Não, por certo, meu senhor; o coração é livre; ninguém pode escravizá-lo, nem o próprio dono.

— Todo o ser é escravo; teu coração obedecerá, e se não cedes de bom grado, tenho por mim o direito e a força... mas para quê? para te possuir não vale a pena empregar esses meios extremos. Os instintos do teu coração são rasteiros e objetos como a tua condição; para te satisfazer far-ei mulher do mais vil, do mais hediondo de meus negros.

— Ah! Senhor! bem sei de quanto é capaz. Foi assim, que seu pai fez

30

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

morrer de desgosto e maus tratos minha mãe; já vejo que me é destinada a mesma sorte. Mas fique certo de que não me faltarão meios nem coragem para ficar para sempre livre do senhor e do mundo.

— Oh! — exclamou Leôncio com satânico sorriso, — já chegaste a tão subido grau de exaltação e romantismo!... isto em uma escrava não deixa de ser curioso. Eis o proveito que se tira de dar educação a tais criaturas! Bem mostras, que és uma escrava, que vives de tocar piano e ler romances. Ainda bem que me preveniste; eu saberei gelar a ebulição desse cérebro escaldado. Escrava rebelde e insensata, não terás mãos nem pés para pôr em prática teus sinistros intentos. Olá, André, — bradou ele e apitou com força no cabo do seu chicote.²

Não nos causa surpresa a escrava Isaura ser tão branca quanto a sua sinhá:

Achava-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenhavam-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, elevam a mente, e paralizam toda a análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidos rolls, e como franjas negras escondidas quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada, na frente calma e lisa como mármore polido, a luz do acaso esbatia um róseo e suave reflexo...³ Ao fato do branqueamento pela mestiçagem, o padre Vieira, já no século XVII, deu relevo em um de seus sermões (06-01-1662):... senhores de "negros" e de "pretos", que guardam nas casas escravas "mais brancas que elles".

Pelas ligações sexuais sucessivas entre brancos e mulatas, o grande número de "escravos brancos" no século XVIII foi motivo de em Alvará de el-Rei (16-01-1773):

...existem ainda Pessoas tão faltas de sentimentos de Humanidade e de Religião, que guardam nas suas casas Escravas, umas mais brancas do que eles com os nomes de Pretas e de Negras, e outras Mestiças.⁴

Cumpre-nos lembrar as reações violentas de exacerbado sadismo de muitas senhoras provocadas pelo ciúmes de suas escravas que mantinham intercurso sexual com seus maridos. Nos relatos de cronistas e viajantes, encontramos registros de sinhás que, muitas vezes por mera suspeita, mandaram torturar as infelizes. Queimavam-lhes o rosto, arrancando-lhe todos os dentes, cortando-lhes os seios. Há ainda o caso da sinhá que

² Bernardo Guimarães. *A Escrava Isaura* — Reprodução do texto da 1ª e única edição em vida do autor, publicada por B.L. Garnier, Rio de Janeiro, 1875.

³ Bernardo Guimarães, op. cit.

⁴ Alvará de 16 de janeiro de 1773 — encontra-se na seção Mss. da Biblioteca do Estado de Pernambuco.

31

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

mandou arrancar os olhos da mucama.

Durante o jantar, o senhor de engenho observou que estavam sendo servidos por uma mulatinha muito bonita, cujos olhos eram realmente insinuantes, ao que comentou com a esposa:

— Que belos olhos tem a rapariga!

A senhora, remoendo o ciúmes, apenas perguntou?

— Achas mesmo?

No dia seguinte, à hora do almoço foram servidos por outra mucama que, na sobremesa trouxe uma terrina de doces coberta por um alvíssimo guardanapo de linho.

— O que há dentro? Perguntou o marido.

— É um presente para ti. Respondeu a esposa.

O senhor retirou o guardanapo e destapou a terrina. Qual não foi o seu horror! Dois glóbulos oculares flutuavam numa calda sanguinolenta.

— O que é isto, mulher?

— São os olhos da mulatinha. Ontem achaste-os tão belos que resolvi presentear-te com eles.

Na sociedade agrária brasileira, a mulher ocupava uma posição antípoda a do homem: ele dominador, ela dominada; ele poderoso e forte, ela frágil. De uma beleza mórbida, quando sinhazinha; matronas corpulentas depois de casadas.

Depois da primeira comunhão, as meninas deixavam de ser crianças, para tomarem-se sinhás-moças, "pálidas madonas" de 12, 13 ou 14 anos. Após os 16 eram consideradas solteironas — havia perdido o verdor da idade. Casadas, aos 20 anos, mulheres velhas, pesadas e preguiçosas, cercadas de escravas, parindo um filho cada nove meses e em muitos casos morrendo menina no primeiro parto.

O futuro da menina-moça tinha duas direções: o casamento ou o convento. Confinadas nas casas-grandes, cercadas e vigiadas por aias e mucamas, tinham seus aposentos sempre no centro da casa, cercados pelos quartos das pessoas mais velhas. Acasteladas até o dia do casamento, acertado pelos pais, com homens dez a vinte anos mais velhos, bachareis, médicos, negociantes, senhores de engenho, todos abastados. Primos com primas, tios com sobrinhas. Casamentos cujo objetivo maior era evitar a dispersão do patrimônio.

Apesar de verdadeira clausura em que viviam as sinhazinhas,

não raro a sinhá-moça criada a roçar os molecotes, entregar-se a eles, quando os nervos degenerados acordam em desejos irremediáveis; então intervem a moral paterna: castra-se com uma faca mal-afiada o negro ou o mulato, salga-se a ferida, enterram-no vivo depois. A raparia, com um dote reforçado, casa com um primo pobre.⁵

32

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Se os jogos amorosos eram tabu para as sinhazinhas, o ato sexual era liberado e até estimulado ao sinhozinho. Na análise das modinhas daqueles tempos podemos identificar o conúbio ilícito dos sinhozinhos com as mulatinhas das casas-grandes:

*Meu branquinho feiticeiro,
Doce ioiô meu irmão,
Adoro teu cativeiro,
Branquinho do coração,*

*Pois tu chamas de irmãzinha
A tua pobre negrinha
Que estremece de prazer.⁶*

Muitos padres e frades viviam em concubinato com escravas ou mulatas alforriadas. Dessas ligações houve uma descendência de "afilhados". Razão pela qual, muitas famílias brasileiras ilustres foram edificadas por sacerdotes. Num levantamento genealógico encontramos filhos e netos de padres que se destacaram na política, nas letras, nas ciências jurídicas no poder administrativo. José do Patrocínio foi um desses mestiços brilhantes filho de padre. Ele próprio o afirmou em 29 de maio de 1884 em artigo publicado na "Gazeta da Tarde": "Sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos." Mais adiante, escreve: "Tinha também dezesseis mil réis de mesada, que me era dada pelo vigário de Campos, que não me perfilhou, mas que toda gente sabe que era meu pai".⁷

Em todas as classes sociais, o encontro sexual entre brancos e escravas, negras ou mulatas, era tão corriqueiro, que daí resultou uma multidão de filhos espúrios-mulatinhos bastardos, geralmente criados ao lado da prole legítima, sob o abrigo da casa-grande ou sob o teto do sobrado, quando não, nas sacristias nas igrejas.

Os filhos de escravas, independente da posição socio-econômica ou da graduação de cor paterna, nasciam escravos. Em consequência disso, no século XIX, um significativo número de mestiços estava submetido à condição de escravo, entre os quais se encontravam mulatos claros e quase-brancos. Nessas ocorrências, a alforria subordinava-se à vontade do pai e senhor o que acontecia com relativa frequência, concedida tanto em vida, como através de testamento.

A escritura de compra e venda, lavrada em 1868, pressupõe que Benedito Antunes de Andrade tenha comprado o próprio filho, um mulatinho de três anos de idade, com intenção de criá-

⁶ Eloi Pontes recolheu a expressiva modinha. Citado por FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala.

⁷ Citado por CARNEIRO, Edson. Antologia do Negro Brasileiro. Porto Alegre, 1950. Veja íntegra do artigo, ao final.

33

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

lo junto à sua família e talvez alforriá-lo no futuro:

1^o — *Traslado Livro especial ano de 1865 a 1869.*

Escritura de venda de um mulatinho de nome Benedito que faz Pedro de Faria Sodré a Benedito Antunes de Andrade, como abaixo declara.

Saibam quantos este público instrumento, de escritura de venda de um mulatinho de nome Benedito, virem que sendo no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e oito, aos dezenove dias do mês de dezembro de dito ano, nesta cidade de Paraibuna em meu cartório compareceram partes entre si havidos e contratados, como outorgante vendedor Pedro de Faria Sodré e como outorgado comprador Benedito Antunes de Andrade, moradores do termo desta cidade, reconhecidos pelos próprios de mim Tabelião e das demais testemunhas abaixo mencionadas e no fim desta assinadas, do que dou fé. Pelo outorgante vendedor Benedito Pedro de Faria Sodré, me foi dito em presença das mesmas testemunhas que sendo ele legítimo senhor e possuidor de um escravo mulato de nome Benedito de três para quatro anos de idade o qual possuindo livre e desembaraçado de qualquer ônus judicial ou extra judicial do mesmo faz venda como de fato vendido tem ao outorgado comprador, dito Benedito Antunes de Andrade, pelo preço e quantia de quinhentos mil réis, e que ao fazer este recibo, no que dá-lhe quitação e assim transpaço na pessoa do comprador, toda a posse, jus e domínio que no dito escravo tinha, podendo tomar já conta dele, gozar por si e seus herdeiros, fazer do mesmo o que muito bem lhe parecer, como coisa sua que fica sendo. Pelo outorgado comprador, dito Benedito Antunes de Andrade me foi dito também em presença das mesmas testemunhas que aceitava a presente escritura tal qual nela se contém e declara. E neste ato me apresentou o conhecimento da sisa, que tem o número vinte e cinco, o ano financeiro é de mil oitocentos e sessenta e oito a mil oitocentos e sessenta e nove.

A repartição fiscal é a Coletoria desta cidade, a quantia arrecadada é de trinta mil réis, a data é de hoje, e o emprego que assinou o conhecimento é o escrivão, João Corrêa de Araújo. O conhecimento da sisa é do teor seguinte: nove, seis, centos. Pagou seis contos de réis. Paraibuna, dezenove de dezembro de mil oitocentos e sessenta e oito.

Araújo — E por esta forma me pediram lhes lavrasse a presente escritura e lhes aceitasse, o que satisfiz em razão de meu ofício.

E lendo-lhes, achando todos a contento, aceitaram e assignaram com as testemunhas presentes. — Inocêncio Fernandes Candelária — José Rodrigues Pereira, moradores, desta cidade, reconhecidos de mim. Francisco Ferreira de Moura. Tabelião que escrevi, Pedro de Faria Sodré, — Benedito Antunes de Andrade, — José Rodrigues Pereira, — Inocêncio Fernandes Candelária. — Está original.

Eu, Francisco Ferreira de Moura. — Tabelião, o escrevi e assino, Francisco Ferreira de Moura. — Confere, Moura.

Nossa presunção de que, trata-se da compra do próprio filho, é fruto de algumas indagações que o documento nos leva elaborar:

34

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

1º — Qual o interesse do Benedito Antunes em comprar um mulatinho com apenas três anos, quando em tão tenra idade um escravo não podia oferecer qualquer tipo de vantagem, nem a curto, nem a médio prazo? Podia sim, trazer-lhe uma série de problemas para criá-lo, devendo mesmo destacar uma escrava para atendê-lo em suas necessidades.

2º — Observe-se que o comprador interessou-se em comprar apenas a criança, e não a mãe.

3º — O preço pago na transação foi bastante alto por um escravo de tão pouca idade. Após o fim do tráfico negreiro (1854), uma boa amade-leite, com cria, podia ser adquirida entre 500 a 600 mil réis.

Como vimos, à sombra da família patriarcal colocavam-se os agregados, classe formada dentre outros “clientes”, pela prole ilegítima, progênie de senhor e escravas ou libertas. O senhor ao falecer, geralmente favorecia seus mulatinhos bastardos dando-lhes alforria e estendendo-a às suas mães; quando não, os incluíam no testamento, favorecendo-os entre os herdeiros. Quando não, a viúva, geralmente, incluía em seu testamento a alforria dos escravos mestiços da casa. Para mencionar uma prova característica, citamos o testamento de D. Ana Maria de Assunção Vieira — Maranhão, 1798, ms., Registro da Sé:

Ordeno que logo depois da minha morte separem cartas de alforria a Preta Eufrazia e a seus dois filhos o mulato Clemente e a mulata Eugenia e da mesma sorte ao cozinheiro João da Costa Preto de Angola.

Pires de Almeida, em dedicado trabalho sobre a libertinagem na sociedade patriarcal no século XIX, observa que em algumas propriedades os senhores rurais mantinham “verdadeiros serralhos e prostíbulos de escravas,” que vários senhores “entretinham a procriação geral de seus domínios rurais designando para cada grupo de quatro escravas um crioulo que as fecundava”; que “para obter mestiços”, mandavam-se negras aos quartos dos cometas ou mascates à noite, com “água para os pés”, ou, de madrugada, com “mingauzinho dourado a ovos”.⁸

Subjugando as negras as suas fantasias, sadomasoquistas, os senhores obrigavam aos escravos a uma profunda dissolução da moral. A advertência íntima do moralismo imposto pela religião, levava-os descarregar a responsabilidade à lasciva da raça negra e ao despudor da mulher escrava. Assim, a promiscuidade entre os brancos e as negras favoreceu a difusão das doenças venéreas e, principalmente, da sífilis.

Antes dos contatos com os brancos, os africanos desconheciam a doença. A sífilização em massa deu-se através dos senhores das casas-grandes-molecas que ainda não tinham posto peito eram entregues aos sinhôs marcados pelas sífilis.

⁸ Citado em FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos.

35

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

⁹ MACEDO Júnior, João Álvares de Azevedo. Da Prostituição do Rio de Janeiro e da sua Influência Sobre a Saúde Pública. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Citada por FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala.

Em 1869, o Dr. João Álvares de Azevedo Macedo Junior registrou a espantosa forma de terapia originária do período colonial, quando dominou a crença de que: para curar blenorragia e sífilis, não havia melhor remédio do que copular com uma negrinha virgem.⁹

A verdade, porém, é que as índias e as negras foram a base física da família brasileira. É contra-senso atribuir-se ao negro a depravação que se instalou na sociedade colonial. Não foram as índias, nem as caboclas e nem as negras ou as mulatas as responsáveis pela corrupção da família. Elas foram, isto sim, vítimas de um sistema no qual a sociedade tinha na escravidão o alicerce fundamental de sustentação.

Uma Explicação (1884) — Artigo escrito por José do Patrocínio, no jornal "Gazeta da Tarde", 29 de Maio de 1884.

"Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias.

Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintarme como a chaga mais cancerosa da nossa sociedade.

Até certo ponto a guerra satisfaz a minha vaidade. À proporção que a calúnia se torna mais furiosa, sinto crescer em torno do meu humilde nome a estima pública e fortalecer-se a dedicação dos meus amigos.

Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido a causa da Abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria.

Passo a citar fatos.

Perguntam-se como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa.

Vamos as explicações.

Comecei a minha vida como quase servente, aprendiz extranumerário da Farmácia da Santa Casa de Misericórdia, em 1868.

Tinha então treze para catorze anos. O diretor do Hospital da Misericórdia, Dr. Cristovão dos Santos, hoje morto, empregou-me por me achar original. Não lhe levei empenho.

Do meu procedimento aí pode dar notícias o ilustrado professor da Faculdade de Medicina, Dr. Souza Lima, então vice-diretor.

Saí do Hospital da Misericórdia, quando a Farmácia passou às mãos das Irmãs de Caridade.

Nessa ocasião, eu teria ficado sem casa e sem pão, se nesse momento não intervisse a proteção do Sr. Conselheiro Albino de Alvarenga, hoje vice-diretor da Faculdade de Medicina, a quem beijo as mãos publicamente.

36

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Tendo-me conhecido em Campos, secundando a estima que sua virtuosíssima mãe me dedicava, o meu bom protetor, a quem nunca tive sequer ocasião de dizer publicamente "obrigado", empregou-me na Casa de Saúde do Senhor Dr. Batista dos Santos, hoje Barão de Ibituruna.

Este novo protetor cobriu-me das maiores finezas, fortaleceu-me com o seu exemplo de independência.

Ele poderá atestar, ou desmentir.

Fui sempre trabalhador, mas sempre altivo.

Desde 1868 comecei a estudar.

Ganhava em 1868 a quantia de dois mil réis por mês, de ganchos, como chamávamos em nossa gíria, isto é, de plantões que eu fazia aos domingos pelos meus companheiros.

Tinha também dezesseis mil réis de mesada, que me era dada pelo vigário de Campos, que não me perfilhou, mas que toda gente sabe que era meu pai.

Quando saí da Misericórdia, perdi a mesada. Toda esta parte da minha vida é bem conhecida do Conselheiro Albino de Alvarenga.

Mas disse que comecei a estudar. Com que recursos? Com os da Bondade extrema do meu exemplar mestre e amigo o Dr. João Pedro de Aquino que, de graça, franqueou-me o seu externato, onde estudei, não só os preparatórios para farmácia, são os exigidos para o curso médico.

O desapêgo evangélico do meu mestre formou o meu caráter. Se fui bom ou mau estudante, sabe-o ele; se fui algumas vez apontado como um rapaz desmoralizado, ele poderá atestar.

Deixando a Casa de Saúde altivamente, quando o senhor Barão de Ibituruna, meu honrado amigo, não o queria, fui morar numa "república de estudantes", onde tinha amigos e onde não pagava coisa alguma. Desta "república" faziam parte o senhor Dr. Martins Costa e o oficial de Marinha Campos da Paz, meus amigos, que podem desmentir-me.

Entrando para a faculdade de Medicina, como aluno de Farmácia, recebi da Sociedade Beneficente um auxílio pecuniário de vinte mil réis. Por outro lado, eu tinha alguns alunos de primeiras letras e sobretudo recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Calado.

Assim vivi durante três anos, até que em 1874 concluí o curso de Farmácia. Catão Calado retirou-se, então, para Santa Catarina e eu fiquei só nesta Corte, com uma carta de farmácia que só podia ser alugada por trinta ou quarenta mil réis, visto que não tinha dinheiro para estabelecer-me.

Resolvi morrer de fome. Não alugaria o título que me custou tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias, até então experimentadas. A minha carta de farmácia tinha três distinções, dadas por Moraes e Vale, Domingos Freire, Ezequiel Corrêa dos Santos, Pizarro, Peçanha, Souza Lima e Martins Teixeira.

Foi nessa difícilima conjuntura que me apareceu o meu condiscípulo do Externato Aquiles, João Rodrigues Pacheco Vilanova, e me convidou

37

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

para passar um dia em sua casa.

Fui, e aqui começa a segunda parte da minha vida.

A noite, quis retirar-me. A família de João Vilanova insistiu para que eu ficasse, fiquei e vi, surpreendido, que o quarto, que me deram para dormir estava mobiliado com o que me pertencia!

João Vilanova, de acordo com sua santa mãe, hoje minha mãe também, e como seu padraсто, o meu bom amigo e sogro, capitão Emiliano Rosa de Sena, haviam feito a mudança do que era meu para o seu domicílio e pediram-me como favor que eu ficasse residindo ali.

Para mascarar a esmola que me faziam, convidaram-me para ser professor dos filhos.

Destas relações nasceu a estima entre mim e minha mulher, filha dos dois honrados velhos.

Em 1877 entrei para um jornal que há na rua do Ouvidor, em frente à rua Nova do Ouvidor.

Se ódio pode dar lugar à justiça, daí, desse ninho de inimigos meus, podem sair as palavras de justiça pelo trabalho de um rapaz que, enquanto foi aí empregado, nunca recebeu advertência dos seus patrões, foi honrado com a máxima confiança de um deles, merecendo até a distinção de ensinar, pelo método de João de Deus, à sua inocente filhinha.

Em 1881 deixei este jornal. Por que?

O momento não é oportuno, mas essa história será publicada com os documentos necessários.

Eu já era casado, meu sogro, Capitão Emiliano Rosa de Sena, proprietário da face edificada da rua Imperial Quinta, em São Cristovão, proprietário de prédios e terrenos na praia Formosa, pôs à minha disposição a quantia de quinze contos para comprar a Gazeta da Tarde, que acabava de perder um dos seus proprietários, Ferreira de Menezes.

Devo confessar que encontrei a empresa no maior grau de depressão financeira. A tiragem real era de 1900 exemplares.

Começou, pois, no dia 15 de agosto de 1881, a terceira fase da minha vida.

O meu desastre parecia infalível e sê-lo-ia, se meu sogro não viesse em auxílio da minha coragem.

Pedi, logo no segundo dia da minha entrada para a Gazeta da Tarde, três contos de réis emprestados ao finado sócio comanditário da empresa, Augusto Ribeiro, para reformar o material e custear a casa sem dever aos meus empregados.

Com uma tiragem de 1900 exemplares, como fazer face à despesa?

Em dezembro o meu déficit era de dez contos de réis e, para maior desgraça, o meu sócio comandatário, que possuía um quinhão de cinco contos, acabava de morrer.

Meu sogro deu-me o necessário para pagar as minhas dívidas fazendo transações com o nosso amigo Galdino José de Bessa.

Providencialmente, a tiragem da Gazeta começava a subir.

38

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Fiado nesta ascensão gradual, que em janeiro dava já o algarismo de 4000 exemplares, eu comecei a querer dar maior desenvolvimento à folha.

Para isto, porém, era preciso um sócio, que não impossibilitasse o desenvolvimento que eu pretendia dar-lhe. Aceitei, pois o oferecimento que me fez a Exma. Sra. D^a Francisca de Oliveira e recebi de suas mãos cinco contos de réis, com que reformei em parte as máquinas da tipografia.

A sociedade não se realizou, porém, e eu assinei uma letra daquela quantia, que foi paga no dia do seu vencimento por meu sogro, que para isso retirou do Banco do Brasil a quantia necessária.

Não é possível dar minuciosamente todas as informações, uma a uma.

Devo, porém, ao público, o nome das pessoas com quem tive relações: são estes cavalheiros os meus amigos Dr. José Américo dos Santos, Manuel Ribeiro, Antonio Justiniano Esteves Júnior, Dr. André Rebouças, Dr. Ubaldo do Amaral, comendadores Moreira Filho e Martins Pinho, João José dos Reis & Cia., Luiz Ribeiro Gomes, Visconde de Figueiredo; Luiz A.F. de Almeida e a diretoria do Banco do comércio.

A todos esses recorri, pedindo crédito e obtendo-o, satisfiz os meus compromissos de modo que se evidenciava o meu trabalho e o meu sacrifício.

Além disso, tenho relações com diversos negociantes desta praça e todos eles sabem que tenho sabido honrar meu crédito.

Resultado final: a Gazeta da Tarde foi ganhando em crédito comercial tanto quanto ganhava em circulação.

Suas colunas foram honradas sempre com anúncios de muitas casas comerciais. A sua tiragem, começando, há três anos, com 1900 exemplares, sobe hoje a cerca de 12000 exemplares, com média.

A empresa pode levantar, mercê de Deus, a cabeça segura dos seus destinos, pronta a satisfazer todos os seus compromissos.

Podia eu ir à Europa?

Respondam agora os meus caluniadores.

Para saberem a origem do dinheiro que gastei, dirijam-se ao meu bom amigo comendador Luiz A.F. de Almeida, que me deu uma carta de crédito para a Casa C. de Almeida & Cia. crédito aberto com o máximo desinteresse à Gazeta da Tarde.

Além deste, pode informar a Casa Galien & Priece, de Paris, que tem com a empresa um contrato de anúncios e da qual saquei, sobre minha conta, o dinheiro para dar o banquete que tanto irritou os meus caluniadores.

Vê-se, pois, que a vida da Gazeta da Tarde e do seu proprietário é honrada e limpa.

Vem da fonte que criou outros jornais — o povo, o nosso grande comanditário.

Secundou-a o desinteresse dos meus companheiros de trabalho, que se sujeitaram a ordenados insignificantes, certos de que a prosperidade futura da Gazeta os indenizaria.

A Gazeta deve o que é ao esforço heróico, ao desassombro estóico, ao tino

39

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

miraculoso do seu gerente, João Ferreira Serpa Júnior, hoje meu interessado.

Grande parte das relações comerciais, que sustentaram meu crédito, foram estabelecidas por ele, que responde à calúnia com a escrituração de nossa casa, que pode ser exibida quanto quiserem, como documento de nossas palavras.

Em resumo:

O que tenho é produto do meu trabalho, escudado na cooperação dos meus amigos.

Sei que a prosperidade da Gazeta causa inveja.

Trabalhem os meus destratores que terão o mesmo resultado.

Sejam honrados e terão o mesmo apoio.

Esta longa exposição tem por fim unicamente responder de uma vez por todas os insultos com que tentam amedrontar-me.

Não fui à Europa divertir-me fui tratar da minha saúde.

Médicos clínicos desta Côrte, Dr. Gaudie Ley, Pizarro, Joaquim Rosa, Alfredo Ramos, Daniel de Almeida, meus amigos, trataram-me.

O meu dedicado e íntimo amigo Dr. Campos da Paz viu-me por duas vezes às portas da morte.

E assim ficam respondidas as infames calúnias.

Eu sinto realmente não ter podido dar a meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto.

Desculpem-me esses senhores, se vivo com a cabeça alta e curado do meu fígado.

O pecúlio que eu como é o do trabalho e da honra, a quermesse que me sustentou na Europa foi o tino e a dedicação dos meus companheiros de trabalho e dos meus amigos, a quem abraço daqui, afirmando-lhes que fui, que sou e que serei digno deles.

P.S. — Chamarei à responsabilidade todos os artigos injuriosos e caluniosos e não admito mais retratações, senão diante dos tribunais. — J.P. (Gazeta da Tarde, 29-5-1884).

RESUMO: A historiografia social brasileira atribuiu ao negro a culpa pela degradação dos costumes na sociedade colonial, responsabilizando-se, via de regra, a negra pela depravação no seio da família escravocrata.

O artigo procura mostrar que, na realidade, o agente corruptor não foi a negra, mas a escrava, elemento passivo exposto à vontade dos senhores brancos. É um contra-senso atribuir-se ao negro a depravação que se instalou na sociedade colonial. Não foram as índias, nem as cablocas e nem as negras ou as mulatas as responsáveis pela corrupção da família. Antes, elas foram vítimas de um sistema alicerçado na escravidão.

Palavras -chaves:

BRASIL COLÔNIA - ESCRAVIDÃO - FAMÍLIA - RACISMO
- SEXUALIDADE

40

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

MEMÓRIA
BRASILEIRA

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO

A Supervisão de Ensino no Estado de São Paulo

NOEMI SILVEIRA WREGGE

Mestre em Administração e Supervisão Escolar (UNICMP) e vice-coordenadora do curso de Pedagogia da UFSCar

A Supervisão de Ensino, no Estado de São Paulo, tem se apresentado como uma prática que enfrenta múltiplas contradições, tais como: supervisores concursados e supervisores nomeados politicamente; função técnica (o que não quer dizer que não seja política) assessorando o delegado de ensino, que é função de confiança do Governo; função híbrida com laivos burocráticos e pedagógicos, com predominância dos primeiros, infelizmente.

O Supervisor de Ensino, no cotidiano, é uma figura fiscalizadora, cobradora, burocrática com resquícios das funções antes exercidas pelo Inspetor Escolar.

No entanto, o que pudemos detectar ao pesquisarmos sobre suas funções é que se espera bastante desse especialista de ensino na parte pedagógica. Recuperar sua ação de EDUCADOR e repensar suas funções constituem os objetivos desse estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Vivemos atualmente no Brasil a etapa monopolista do capitalismo, com todos os problemas inerentes a essa situação. As conseqüências de ordem econômica e social são tais que os

41

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

¹ MELLO, G. N. Educação popular e classes populares: uma reflexão sobre o atual momento educacional e político no Brasil. In: ALVES, N. (coord.). Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985, p. 14.

² PARO, V. PARO, V. Administração Escolar. Introdução Crítica. 2ª Ed., São Paulo: Cortez Ed., 1987, p. 109.

trabalhadores, vendo-se cada vez mais empobrecidos, colocam seus filhos nas escolas públicas, quando conseguem fazê-lo.

A escola pública de nossa realidade tem recebido esses alunos por ser gratuita e mantida pelo poder público. Entretanto, como assinala Mello:

*Pude constatar que a escola do pobre, mais que uma instituição inculcadora de ideologia, é o reino da ignorância, do descaso, da descontinuidade, da ausência de controle. É um terreno de ninguém, naquilo que é substancial, e um mundo rigidamente normatizado naquilo que é dispensável.*¹

Segundo Paro,

*o que atende aos interesses dominantes não é (...) nem a completa negação formal e real da escola, nem sua afirmação e generalização, mas sua existência tal qual ela se dá em nossa sociedade, ou seja, uma escola, que distribuindo desigualmente o saber, ratifica as diferenças sociais inerentes à sociedade capitalista. Por isso, enquanto a ínfima minoria de crianças e jovens, pertencentes às camadas privilegiadas pode contar com uma educação escolar de boa qualidade, a escola da grande maioria mal sobrevive em meio aos problemas e carências de toda ordem, apresentando baixíssimo nível de ensino.*²

Constatados esses problemas, urge que nós, educadores, e, no caso do especialista supervisor de ensino, tomemos consciência da situação e, crítica e criativamente, coloquemos utopias a serem alcançadas. Propomos que seja a Democracia a utopia mais abrangente.

Como começar para iniciarmos o processo em direção a esta utopia? Sabemos que em toda a sociedade o trabalho da hegemonia não se constitui num bloco monolítico; há fissuras no bloco ideológico que podem por nós ser aproveitadas, para, no plano da sociedade civil, provocarmos transformações sociais. Já que no processo dialético toda a hegemonia gera seu oposto, isto é, a contra-hegemonia, podemos atuar no sentido da utopia democrática.

A participação será a maneira pela qual a escola e a comunidade construirão suas verdades, participação que implica em decisão e compromisso. Assim sendo, cada escola se constituirá numa força que se comunicando com outras forças, e, juntas, formarão um grande impulso, no sentido da transfor-

42

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

mação social, de baixo para cima. Embora secundária a ação transformadora da escola poderá ser uma das molas propulsoras importantes de uma sociedade.

A escola gerida de maneira participativa pode levar ao salto qualitativo, ou seja, à construção, pela maioria de uma nova visão de mundo e de educação.

Para tanto, é necessário que a classe dominada tenha acesso ao saber que a humanidade acumulou, não somente porque é um direito seu, mas para colocar-se em nível de igualdade de conhecimentos à classe dominante.

Segundo Saviani,

*o que cabe defender é uma educação a mais avançada possível, a melhor possível para os trabalhadores, para os elementos da classe dominada. E vejam que é isso, no fundo, o que os pais reivindicam.*³

Quando estes solicitam que a escola ensine e muito bem, eles têm consciência

*de que o aprendizado não se dá espontaneamente, que o aprendizado é uma tarefa árdua e, sem disciplina, não se aprende, os conteúdos não são assimilados pela própria interação espontânea, assistemática (...) no fundo, isto contém toda uma crítica a professores, diretores, supervisores, orientadores (...) no fundo é a cobrança de que eles cumpram com a sua função de ensinar e ensinar bem, [in]ensinar da melhor forma possível [fn]. Então, defender que as camadas trabalhadoras assimilem o máximo de cultura que a sociedade conseguiu atingir é uma atuação política muito mais revolucionária do que o ativismo político, do que o esquerdismo.*⁴

Trata-se de

*defender a qualidade de ensino das camadas trabalhadoras e criar condições adequadas de ensino para essas camadas. Então, se tivermos orientadores, supervisores, diretores, pre ocupados exatamente com a qualidade de ensino, que ponham a função educativa como proeminente, predominante em relação à função técnica da habilitação específica, então tere mos esses diferentes especialistas somando forças no sentido de que a atividade escolar seja aperfeiçoada e que as escolas destinadas às camadas trabalhadoras sejam do melhor nível possível.*⁵

³ SAVIANI, D. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1984, p. 214. (4) SAVIANI, D., op. cit., p. 214 (grifos nossos)

⁵ SAVIANI, D., op. cit., p. 215

43

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Se o fenômeno educacional possui sua natureza própria, e a escola é um dos meios dele concretizar-se; se o trabalho pedagógico da escola pode se constituir em atividade para concorrer com a melhoria da sociedade, desde que todo um trabalho seja feito para mudar a situação atual; se esse projeto adquire significação crítica quando se vincula com os interesses das classes dominadas, por que não podemos pensar em retomar a função do Supervisor de Ensino e tentar equacionar seu papel para o atendimento aos reclamos de uma nova ordem?

Desta forma, o problema que nos propusemos a enfrentar é o seguinte: Como o especialista da educação, supervisor de ensino, poderá ser um dos agentes da implementação da Administração participativa, requisito da melhoria da qualidade de Ensino?

PESQUISA REALIZADA

O estudo desenvolveu-se na Divisão Regional de Campinas, nas quatro Delegacias de Ensino do município de Campinas, em escolas de 1^o e 2^o graus da rede oficial; foram escolhidas randomicamente quarenta e três escolas.

A pesquisa feita teve caráter exploratório e a população alvo constituiu-se de professores e diretores, a quem chamamos, neste estudo, de usuários diretos da supervisão, seguindo a sugestão que encontramos no Caderno Cedes 7.⁶

Optamos por aplicar um questionário, que foi elaborado a partir de entrevistas feitas com supervisores, diretores e professores, pois o mesmo propiciaria informações diversificadas e rico material escrito.

Perguntados se o Supervisor deveria ser um dos elementos que precisaria assumir com consciência o seu papel de real orientador da escola, 83% dos respondentes optaram por atribuir-lhe este trabalho. Orientar em que sentido? Quando colocados frente a um elenco bastante amplo de áreas de atuação, as respostas nos mostraram índices baixos. Estranhamos que até em áreas que o Supervisor deveria orientar, por serem inerentes à sua função, os usuários não as tenham mencionado; é o caso da montagem de currículo, sistema de avaliação e planejamento escolar. Será ele, na realidade, um personagem tão desgastado, envolvido com uma "papelada" sem fim, que não deixa enxergar nele um orientador naquelas áreas próprias de sua especificidade?

44

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

O supervisor é visto como coordenador da implantação de uma linha participativa na escola por um número considerável de respondentes, quando ressaltam que é importante "trabalhar com a escola, incentivar maior participação" ou o Supervisor deve ser um "implementador de uma linha administrativa participativa na educação".

Há muitos obstáculos a enfrentar, tais como: contradição entre uma linha participativa que se quer implantar e a realidade escolar atual com posturas centralizadoras e autoritárias" ou "falta de interesse das pessoas envolvidas" ou "baixo índice de frequência dos pais às reuniões" ou "falar, combinar em reunião e não cumprir na prática (participação funcionalista)" ou "a não-valorização da escola por parte da clientela escolar".

Além disso, existem os fatores dificultadores da participação dos elementos da escola e da comunidade na consecução do trabalho escolar, como: "falta de Orientador Educacional e Coordenador Pedagógico para completarem o trabalho do Supervisor de Ensino", ou "decisões centralizadas no topo impedindo, muitas vezes, a escola e a comunidade de decidirem melhor na base".

Mas, ao atuar com a participação, esse especialista precisa estar a par de qual é o conceito de participação que os elementos da escola têm. Para 57% dos usuários, a participação consiste em [in]opinar[fn], sem assumir. Somente 23% optaram pelas alternativas decidir/agir.

A pesquisa revelou também que não estão satisfeitos com a participação tal qual vem ocorrendo na escola, embora 100% fossem de opinião que a participação na escola é importante.

Ao opinar que a participação na escola precisa melhorar, estamos frente a uma oportunidade para a ação do Supervisor, que coordenará a participação de todos, visando a melhoria da qualidade de ensino. Se optarmos pela participação, sem termos como objetivo a qualidade de ensino, poderemos cair no democratismo; aliás, é preciso cuidado, porque num processo de administração participativa, a qualidade de ensino pode cair. A participação pela participação não tem sentido, é funcionalismo. É bom lembrar que o processo participativo é um meio para atingimento de fins. Na nossa proposta será o processo de caminhar para que todos tenham acesso ao saber sistematizado. O conhecimento que a humanidade acumulou e a maneira como a sociedade o trabalha

45

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

varia segundo o momento histórico; para 43% dos usuários, muitas vezes e para 14%, sempre, a educação na escola consiste na transmissão crítica do saber sistematizado; esses respondentes certamente valorizam o conteúdo a ser ensinado, dando simultaneamente, importância à participação (todos consideram-na como importante na escola); o que vale dizer que administração participativa e qualidade de ensino, aqui colocadas como acesso ao saber sistematizado, devem andar juntas para um número significativo de respondentes. Entretanto, 30% dos respondentes se colocaram na categoria algumas vezes e 13%, no item poucas vezes; estão numa postura diferente da esperada.

Os respondentes ficaram, às vezes, um tanto presos à realidade sem conseguir vislumbrar novas funções para o Supervisor; não foram muito além da participação dentro dos muros escolares ou não questionaram o fato da Supervisão de Ensino ser uma função de assessoria ao delegado de ensino. Sendo assessor, é técnico, deixando, aparentemente, de lado o político; sua figura apresenta-se fraca, sem poder decisório.

Opinaram também que o Supervisor deve deixar de ser burocrata; cobranças e avaliação do seu desempenho são feitas a partir de sua produção nesse aspecto.

A respeito do perder-se o Supervisor nos caminhos do excesso de burocracia e, quase, que para constar, ter atribuições pedagógicas, a pesquisa feita nos indica que a escola está pronta a aceitar o trabalho desse profissional com ênfase no pedagógico. Tanto é que na justificativa do porquê de terem os respondentes separado funções burocráticas de funções pedagógicas, o que não era esperado teoricamente, colocaram, os usuários da Supervisão, que era importante garantir a parte pedagógica. Se as duas funções, (burocrática e pedagógica) ficarem juntas, certamente, a prioridade a ser dada pela Supervisão será à burocrática, ficando a pedagógica, que é ligada à qualidade de ensino, de lado.

Esperam também os usuários que a supervisão faça mediações: entre a escola e a delegacia de ensino (com a descentralização a escola não se isolaria), entre a escola e a comunidade, entre os docentes e os demais especialistas.

No momento em que a escola pública se encontra em crise, numa sociedade que precisa se transformar no sentido de ser mais justa, mais democrática, espera-se que o Supervisor exerça funções de coordenador, orientador e mediador.

Essa escola deverá ser comunitária e cogestada e, ao respei-

46

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

tar os diversos pontos de partida das diferentes comunidade, ela terá que ser gerida de forma democrática, participativa. O Supervisor de Ensino será, ao lado de outros educadores, conclamando-os para um trabalho coletivo, o "intelectual orgânico" das massas docentes⁷, desenvolvendo diferentes processos, para que o maior número possível de alunos tenha acesso ao ponto de chegada, isto é, igualdade de aquisição do saber elaborado⁸, a fim de ser gestada uma nova hegemonia. Terá que enfrentar um desafio: capacitar-se para organizar uma ação pedagógica diferente da que está aí, centralizadora e autoritária.

Para tanto, achamos necessário pensar na formação do especialista da educação — Supervisor de Ensino — assim como na formação dos educadores de maneira geral, a fim de que sejam capazes de serem críticos e criativos para se definirem, juntamente com as bases, que escola é necessária para uma nova cultura, novos valores, novos fins, enfim para um momento novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. (coord.). *Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola*. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

ALVES, N. (coord.). *Apresentação: Cadernos Cedes 7. Supervisão Educacional: Novos Caminhos*. Caderno Cedes. 3ª reimp. São Paulo: Cortez, 1985.

PARO, V. *Administração Escolar: Introdução Crítica*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Ed., 1987.

SAVIANI, D. *Educação: Do senso Comum à Consciência Filosófica*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SAVIANI, D. A Pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da Educação Brasileira. *Revista Ande*, n. 11, São Paulo, 1986.

SILVA Jr., C. A. A Supervisão e o Ensino. *Revista Ande*, n. 3, São Paulo, 1982.

RESUMO: A dissertação questiona as funções atualmente exercidas pelo Supervisor de Ensino no Estado de São Paulo e aborda o seguinte problema: Como o Especialista de Educação, Supervisor de Ensino, poderá ser um dos agentes da implementação da Administração Participativa, requisito de melhoria da qualidade de ensino? Relata uma pesquisa de campo sobre o papel da escola em termos de participação, poder decisório, ação

⁷ Cf. SILVA Jr., C. A. A Supervisão e o Ensino. *Revista Ande*, n. 3.

⁸ Cf. SAVIANI, D. A Pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da Educação Brasileira. *Revista Ande*, n. 11.

47

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

política da escola e funções exercidas pelo Supervisor de Ensino, na ótica de usuários da supervisão. Propõe, também, novas funções para este especialista de ensino, numa ação política transformadora, baseando-se em expectativas de diretores e professores de escolas de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino.

Palavras-chaves:

**ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA - ENSINO DO 1º E 2º
GRAUS - SUPERVISÃO DE ENSINO**

48

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

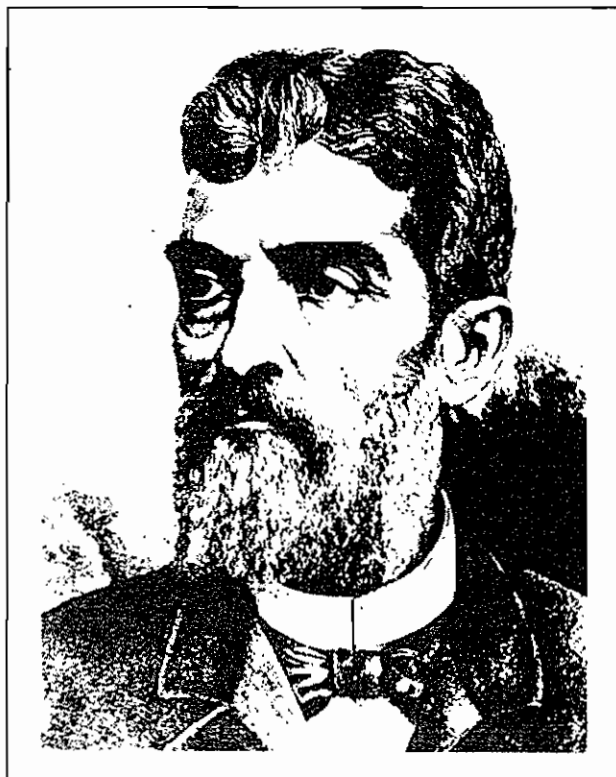
PERFIS

PRUDENTE DE MORAES

O Vereador que se Tornou Presidente

GUILHERME VITTI

Professor de Latim e Português, historiador e encarregado do Arquivo da Câmara Municipal. Sócio fundador do IHGP



Foi rápida a ascensão de Prudente de Moraes entre os políticos da cidade da Constituição, em razão principalmente de sua competência advocatória.

Em 1864, ainda solteiro, já aparece como mesário da Mesa da Assembléia Paroquial. Seu nome não constava, porém como candidato à qualquer cargo público.

49

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Na escolha dos candidatos a deputados à Assembléia Legislativa da Província em 1855, recebeu votos na cidade e nas cidades vizinhas, não conseguindo a indicação.

Eleito vereador com a maior votação em 1865, foi por isso escolhido Presidente da Câmara. A Ata da primeira posse como vereador está assim redigida:

“Posse e juramento dado à nova Câmara Municipal desta cidade que tem de funcionar no quadriênio de 1865 a 1869.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco aos sete de janeiro do dito ano, nesta cidade da Constituição e Sala da Câmara Municipal, onde se achava a mesma reunida, debaixo da Presidência do Cidadão José Bento de Matos, e sendo aí presentes os vereadores eleitos para o quadriênio de 1865 a 1869, aos mesmos foi-lhes deferido o juramento dos Santos Evangelhos, pondo suas mãos direitas sobre um livro do mesmo, e lhes foi encarregado que, de boa e sã consciência servirem ditos cargos para os quais tinham sido eleitos, desempenhando as obrigações de vereador da Câmara Municipal desta Cidade, de promover quanto em si estiverem os meios de sustentar a felicidade pública, o que assim prometeram cumprir, de que, para constar, lavrei presente Termo, em que assinou-se a Câmara, os juramentados, comigo Francisco Ferraz de Carvalho, Secretário o escrevi.” Seguem as assinaturas dos 13 vereadores.

Reelegeu-se para o cargo em 1877 e em 1887.

Houve recurso de um ex-vereador contra a eleição de Prudente de Moraes alegando-se o pouco tempo em que ele residia na cidade. Ficou provado, porém, que a família de Prudente morava em Piracicaba e a sua ausência prolongada da cidade foi devida aos estudos que fazia em São Paulo.

Seus trabalhos na vereança têm sempre como base principal o respeito às leis, aliás decorrência da profissão de advogado.

Existem pareceres originais de sua autoria, guardados em caixas do arquivo da Câmara Municipal, os quais, além da competência, mostram que era pessoa econômica, pois, às vezes, esses pareceres ou projetos de leis eram escritos em simples tiras de papel.

Transcrevem-se alguns trabalhos de sua autoria como amostra de sua capacidade no desempenho de seu cargo.

Escrita numa diminuta tira de papel, lê-se a Indicação:

Indico que a Câmara mande abrir sarjetas calçadas na Rua Quitanda (atual XV de Novembro), no quarteirão entre as ruas do Alferes José Caetano e do Rosário. Sessão de 7 de janeiro de 1888.

Prudente de Moraes.

50

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Foi aprovada.

Outra Indicação:

Indico que a Câmara autorize a seu Vice-Presidente a contrair um empréstimo, nos termos da Lei nº 54, de 21 de março de 1885, da quantia de Rs. 2:000\$000. O produto dessa importância será aplicado em obras públicas municipais e no serviço de apedregulhamento das ruas da cidade, de preferência. S. Sessões, 1888.

Em longo parecer sobre um pedido de estabelecimento de linha de bondes por tração a vapor ou animal, entre esta cidade e Rio Claro, Prudente de Moraes prova a ilegalidade da interferência do Governo do Estado em assunto que é de competência exclusiva do Município. É que a autorização fora dada pela Província.

Em maio de 1887, Prudente de Moraes apresentou em parceria com o Dr. paulo Pinto, ambos pertencentes à Comissão incumbida de organizar um Projeto de lei para regulamentar o funcionamento do mercado desta cidade. Continha o mesmo 32 artigos. Trabalho perfeito, completo, que poderia ser aproveitado em nossos dias. Veja-se como o artigo 1º define a finalidade do Mercado. Está longe o uso do atual:

A praça do mercado é destinada a servir de centro à compra e venda de gênero alimentícios destinados ao consumo desta cidade, quer sejam procedentes deste município, quer de outros.

O artigo 2º prevê a mudança de horário durante duas fases do ano. São os nossos atuais horários de verão e de invernos.

Estabelece o artigo 4º que os quartos do mercado são reservados exclusivamente para os gêneros alimentícios. O artigo 31 também é interessante. Determina que o administrador do mercado afixe em lugar conveniente a tabela de preços. Até parecer o atual sistema de congelamento de preços.

Na primeira sessão ordinária da Câmara, do dia 8 de janeiro de 1865, aparece o espírito público de que estava imbuído o Presidente da Câmara, Prudente de Moraes. Expôs aos vereadores que era necessária a demissão do Fiscal de Santa Bárbara, por sua incompetência e por ele, ao mesmo tempo, negociante, agricultor e não morar naquele bairro. Cometeu, além disso, o absurdo de exigir dos moradores da localidade que, no prazo de um mês, construíssem muros em seus terrenos, além de branqueá-los. Na mesma sessão determinou ao secretário que extraísse cópias das Posturas para serem entregues aos empre-

51

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

gados da Câmara, destinadas ao conhecimento de seus deveres, exigindo a sua observância. Mandou, ainda, que fosse feita compra de livros para melhor registro dos trabalhos da Câmara. Na seção seguinte, aceitou ele mesmo a incumbência de elaborar um novo Código de Posturas.

Na ata do dia 10, a Câmara analisou um ofício apresentado a ela pelo Delegado de Polícia e pelo Vigário, pedindo providências sobre foliões que tiravam esmolas com a Bandeira do Espírito Santo. A Câmara respondeu que seriam tomadas medidas a respeito.

Um vereador apresentou projeto de lei para criar-se um imposto destinado às obras para a reforma da matriz. Pedindo licença à Câmara, antes mesmo de ela se manifestar sobre o assunto, despendeu considerações várias sobre a proposta, concluindo que o povo não aprecia aumentos de novos impostos e que, a solução mais prática e louvável, era a de recorrer-se à contribuição espontânea dos cidadãos. O autor do projeto sustentou a sua proposta. Foi aprovado, no entanto, o parecer de Prudente de Moraes que solicitou o adiamento e melhor estudo da matéria.

Por ser irmão do Presidente da Câmara, o Dr. Manoel de Moraes Barros, advogado que era da Câmara, pediu exoneração do cargo, alegando não precisar a Edilidade de seus préstimos, por ser o Dr. Prudente um homem letrado.

Naqueles tempos, as reuniões camarárias eram feitas no início de cada quadrimestre, seguindo-se reuniões diárias, até o esgotamento das matérias em pauta.

A primeira ata da sessão extraordinária é do dia 1º de abril de 1865. Declarou o senhor Presidente que a reunião tinha por assunto principal, discutir o projeto do Código de Posturas, do qual fora encarregado de elaborar. Foi o mesmo aprovado por unanimidade e imediatamente encaminhado à Assembléia Provincial para o necessário exame da legalidade, exigência da legislação de então. Os vereadores agradeceram ao Presidente a sua valiosa contribuição ao Município pela elaboração do Código de Posturas.

A partir de 5 de abril de 1866, o nome de Prudente de Moraes não aparece nas atas. Motivo: doença. Qual fosse, não é dado saber. A prova de seu afastamento por doença, nos trabalhos da Câmara, consta da ata de 4 de julho do mesmo ano, assim lavrado: "O sr. Presidente disse que, tendo sido muito longo os sofrimentos do sr. Dr. Prudente, então Presidente e, ao mesmo tempo, advogado da mesma, por isso consulta aos srs. vereadores se deve-se, ou não, tratar outro advogado. A Câmara entendeu que, como a enfermidade do sr. Dr. Prudente não era considerada grave, não valia a pena, por tão pouco tempo, tratar outro advogado.

52

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Sua assinatura nas atas só reaparece no dia 6 de janeiro de 1867. Nela há uma observação do mesmo a um relatório dado por uma comissão a respeito dos melhoramentos mais necessários para a cidade.

Disse o Dr. Prudente que a falta desses melhoramentos era devida a escassez de trabalhadores, visto como não querem se sujeitar ao jornal que esta Câmara costuma pagar, por isso que, se houver alteração no jornal aos trabalhadores, pode então haver concorrência. O sr. Presidente insistiu, demonstrando que se devia elevar o jornal a 1500 e mais se for necessário, a fim de, com prontidão, acudir-se a essas necessidades

A Câmara aprovou a explanação do Presidente.
Sessão extraordinária de 4 de janeiro de 1868:

O sr. Dr. Presidente declarou que o motivo principal de convocar a presente sessão é o juramento que tem de prestar perante a Câmara, o súbdito italiano, Padre José Serafim de Rigillo, de ser de hoje em diante, Cidadão brasileiro, conforme se vê da Carta Imperial de Naturalização, passada em 9 de outubro de 1867, observando mais o sr. Dr. Presidente que o referido Padre acaba de requisitar desta Câmara mandou que fosse entregue ao mesmo Vigário a quantia de de 200\$000 réis.

Após a prestação do juramento, diz a ata:

seguiu-se imediatamente o hino nacional executado por uma banda de música que, para esse fim, achava-se postada contígua à sala.

Após discursos do Presidente e do povo brasileiro,

este foi acompanhado pela Câmara, música e mais cidadãos, até onde se achava hospedado, sendo nessa ocasião oferecido a cada um, um copo de refresco.

Narra a ata de 20 de janeiro de 1868, que o Dr. Prudente de Moraes não compareceu à Câmara por ter ido à Capital tomar posse como Deputado à Assembléia Provincial.

É interessante observar que, apesar de ter tomado posse do cargo de Deputado, ele continuou na presidência da Câmara Municipal de Piracicaba. Seria, então, permitida a acumulação de funções públicas estaduais e municipais?

Na sessão ordinária de 9 de julho de 1868, o dr. Prudente

53

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

reapareceu e apresentou a Indicação seguinte:

Indico que a Câmara represente ao Revmo. Sr. Vigário Capitular, pedindo a nomeação do coadjutor, padre Francisco Galvão Paes de Barros, para Vigário desta Paróquia, no caso de ser concedida a demissão pedida pelo atual Vigário. Sala das sessões, em 9 de julho de 1868. Prudente de Moraes. Aprovada.

A resposta afirmativa veio no dia 22 de julho.

Em setembro de 1868 houve eleição para os novos vereadores. No dia 22 do mesmo mês há uma Indicação de Prudente assim redigida:

Indico que a Câmara represente ao Governo sobre as prisões e violências que tiveram lugar por ocasião da eleição municipal, que tornaram impossível a liberdade de votos; 2º sobre a diferença de 130 votos que se encontrou na eleição da freguesia de São Pedro, entre o número de votos apurados e a das cédulas recebidas para vereadores, o que vicia aquela eleição e influi no resultado geral.

Em outubro de 1868 a Câmara concedeu a quantia de 500\$000 réis para os consertos da Matriz da cidade, ajuda concedida por intercessão de Prudente de Moraes. Também a matriz de Santa Bárbara recebeu a importância de 100\$000 réis para reparos, por indicação de Prudente de Moraes.

Como despedida da vereança exercida na Câmara, o Dr. Prudente de Moraes mandou inserir na ata do dia, um voto de reconhecimento aos seus empregados pela dedicação e lealdade com que desempenharam os seus empregos e, em sinal de lembrança ao probo ex-procurador, o finado Joaquim Leite de Cerqueira.

UM TELEGRAMA HISTÓRICO

*Ordem do Governo Provisório
Presidente da Câmara Municipal
Piracicaba*

Foi hoje empossado o governo provisório do Estado de São Paulo, composto dos srs. Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Coronel Mursa. Já entraram em palácio e estão dirigindo o expediente. Faça público, perfeita ordem e paz.

Agência Cidade — 16-11-89.

54

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Outro telegrama de valor

*Palácio do Governo
do Estado de São Paulo, 14 de dezembro de 1889.*

Comunico-vos, para vosso conhecimento e devidos efeitos que, nesta data, tomei posse e assumi o exercício do cargo de Governador deste Estado, para o qual fui nomeado pelo governo Federal, por Decreto de 3 do corrente mês.

Saúde e Fraternidade

Prudente José de Morais Barros

Aos cidadãos Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Piracicaba.

Inteirada. João Nepomuceno.

Transcreve-se a representação que consta da ata de 13 de outubro de 1890, feita pela Câmara Municipal:

Generalíssimo

É para solicitar mais um ato vosso em prol da grande República Sul Americana, cujos destinos tão sabiamente haveis dirigido, que o Conselho de Intendência Municipal de Piracicaba se eleva até vós, com raríssimas exceções. Generalíssimo, a cada um dos cidadão que, desde 15 de novembro do ano findo, hão concentrado seus esforços ao exercício dos altos cargos que lhes confiastes, acaba de ser designada pelo povo uma cadeira ao primeiro Congresso Nacional. E o povo galardoando assim os depositários da vossa confiança, em quantos lugares se não privou de guias, a cuja direção se entregava, confiado, nesse período de organização da Pátria?!

É o que esta Intendência se afigura operar-se com relação a este Estado. De fato, Generalíssimo, para ele tem sido uma garantia de ordem, de paz e de prosperidade a reta administração do Governador que nomeastes — o Cidadão Dr. prudente de Morais Barros, entretanto, colocando-o como um de seus representantes no Senado, perdeu São Paulo, em face do que preceitua o Parágrafo 6º das Disposições Transitórias da Constituição decretada, o contingente necessário e preciso da experiência e atividade desse denodado patriota. Assim pensando, esta Intendência vem muito respeitosa mente pedir-vos determineis que se modifique o que dispõe o aludido Parágrafo, de modo que os cidadãos que, de acordo com ele foram eleitos a 15 de setembro, possam, até que se organizem os Estados e, só até então — acumular os cargos que estão exercendo.

55

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Saúde e Fraternidade

*Ao Ínclito Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca,
Chefe do Governo Provisório.*

O vereador Joaquim André de Sampaio apresentou Indicação para que se oficiasse ao Exmo. Sr. Dr. Prudente de Moraes, Presidente da República, felicitando-o pelo seu aniversário natalício, fazendo-o ciente que, nessa mesma data, foi colocado seu retrato na sala das sessões da mesma. 4 de outubro de 1897. O preço do retrato foi de 100\$000 réis.

Consta na ata de 17 de novembro de 1898, que a Câmara nomeou uma comissão para tratar dos festejos e recepção do Dr. Prudente de Moraes. Para recepcioná-lo em São Paulo foram encarregados o Dr. Torquato Leitão e Paulo de Moraes e para os festejos e recepção nesta cidade, o Intendente Municipal Joaquim André Sampaio; Teodolindo Mendes de Arruda; Tito Ribeiro; Carlos Zanotta; Dr. Bernardino de Queiroz; Joaquim Pinto de Almeida; Pedro Alexandrino de Almeida; Joaquim Eugênio do Amaral Pinto; Dr. João Domingues de Sampaio; Francisco de Oliveira Ferraz e Antônio Teixeira Mendes.

No dia 3 de dezembro de 1903, falecia nesta cidade o Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Na ata de 13 do mesmo mês acha-se registrado um cartão do sr. Tenente Coronel Septímio Augusto Werner, enviando pêsames aos munícipes piracicabanos pelo infausto passamento do R. Prudente de Moraes.

Sendo a sessão do dia 13 a primeira da Câmara após a morte do Dr. Prudente, foi proposto que se consignasse em ata um voto de sincero e profundo pesar pela morte do honrado e prestante cidadão. Uma comissão foi designada para dar seus pêsames à família.

Na mesma ocasião, a Câmara autorizou o Intendente a conceder gratuitamente à família do Dr. Prudente a área que será demarcada pelo Intendente, de acordo com a família.

Houve comissão para organizar solenes homenagens à memória do ilustre morto no 30º dia de seu passamento. Na oportunidade os vereadores apresentaram ao digno Presidente da Câmara, Dr. Paulo de Moraes Barros, pêsames pela perda irreparável de seu pai.

De várias cidades do País vieram ofícios prestando pêsames.

Em janeiro de 1921, o projeto de lei nº5 autorizava a Prefeitura a comprar o prédio residencial do Dr. Prudente pela quantia de 50:000\$000.

Ofício de 21 de fevereiro de 1903.

56

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

*Dr. Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda.
A Intendência Municipal desta cidade, tendo recebido comunicação da Secretaria do Interior, de que já foi requisitado dessa digníssima Secretaria o pagamento da quantia de nove contos,
oitocentos e noventa mil réis, importância despendida com os funerais pela morte do 'Dr. Prudente de Moraes, e não tendo havido, até esta data, autorização para ser feito esse pagamento, peço-vos deis as necessárias providências no sentido de ser a Coletoria desta cidade autorizada a realizar o aludido pagamento.*

*Saúde e Fraternidade
O Intendente Municipal
Manoel Ferraz de Camargo*

Ofício de 30 de março de 1903:

*Dr. Bento Bueno
Digníssimo Secretário do Interior
Tendo a Intendência Municipal desta cidade recebido comunicação dessa Secretaria de que, em data de 6 de janeiro do corrente ano, haveis requisitado da Secretaria da Fazenda o pagamento das despesas feitas com os funerais do Dr. Prudente de Moraes, aguardou a respectiva ordem à Coletoria até 21 de fevereiro próximo passado; como não houvesse decisão alguma da parte daquela Secretaria oficiou diretamente ao Secretário da Fazenda, e não tendo sido até esta data resolvido o assunto, venho novamente pedir-vos providências sobre esse pagamento que importa em 9:890\$000 réis.*

*Saúde e Fraternidade
O Intendente Municipal
Manoel Ferraz de Camargo*

Ofício de 1º de maio de 1903

*Cidadão, Tristão Mariano da Costa
Tendo o Governo do Estado autorizado o pagamento das despesas feitas com os funerais do Dr. Prudente de Moraes, incluiu nessa ordem de pagamento a quantia de seiscentos mil réis para ser-vos entregue como remuneração pelos serviços prestados pela orquestra, cuja quantia acha-se a vossa disposição no cofre municipal.*

57

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Saúde e Fraternidade

O Intendente Municipal, Manoel Ferraz de Camargo.

Ofício de 7 de maio de 1903

Cidadão, Dr. Secretário do Interior

Tendo sido remetidos a essa Secretaria os documentos relativos ao pagamento de contas feitas pelos funerais do Dr. Prudente de Moraes, despesas autorizadas pelo governo do Estado, e faltando apenas o recibo do pagamento de 600\$000 à orquestra, junto a este documento que só agora foi passado.

Saúde e Fraternidade.

O Intendente Municipal, Manoel Ferraz de Camargo.

58

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

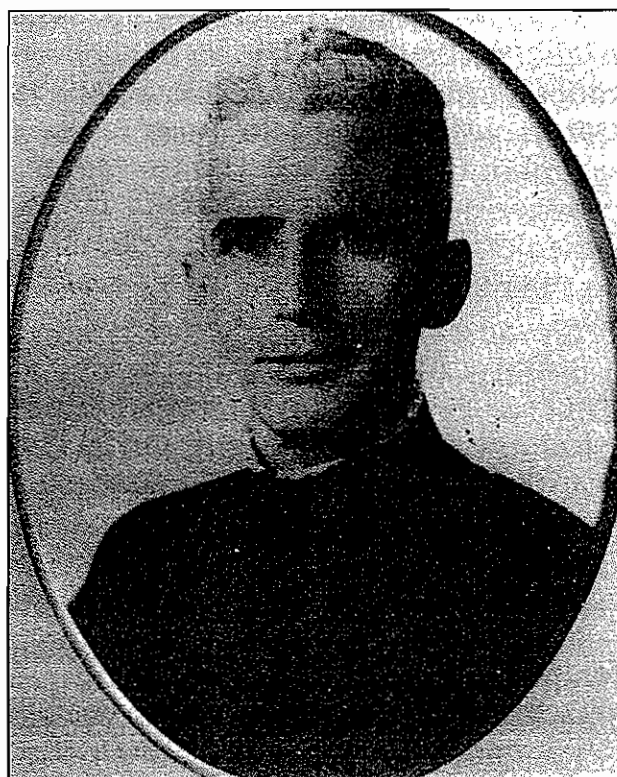
PERFIS

JOSÉ BENEDICTO DE CAMARGO

O Averso ao Formalismo

F. PIMENTEL GOMES

Engenheiro Agrônomo e professor catedrático aposentado da ESALQ



Nascido em Paraibuna (SP), em 1911, José Benedicto de Camargo diplomou-se pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em 1934. Logo no ano seguinte, ingressou como Assistente na 6ª Cadeira (Engenharia Rural) dessa Escola. Homem ativo e dinâmico, foi Professor de Matemática do

59

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Colégio Piracicabano e do Colégio Universitário, anexo à ESALQ. Colaborou estreitamente com o Prefeito Municipal, Luciano Guidotti, em obras diversas e principalmente na construção de estradas.

Muitas vezes viajei com ele nos bondes que ligavam a ESALQ ao centro de Piracicaba. Sua atividade irrequieta, seu bom humor, sua boa vontade e seu espírito avesso ao formalismo, lhe trouxeram o apelido de Zé Elétrico e lhe granjearam muitos amigos, inclusive entre os alunos, como eu. No lecionamento de aulas práticas de Matemática, onde o encontrei pela primeira vez, era mestre excelente, de linguagem clara e orientação segura. No Colégio Piracicabano, onde o substituí como Professor de Matemática, costumava, nas provas orais, examinar simultaneamente dois ou três alunos. Aprendi com ele esta técnica e a adotei, tanto no Colégio Piracicabano como nos exames vestibulares da ESALQ, com excelentes resultados. As provas orais, hoje abolidas, permitiam melhor julgamento dos alunos, através do contacto direto ao quadro negro, com o acompanhamento do raciocínio do examinando.

José Benedicto foi Diretor da ESALQ de 30/12/1957 a 18/10/1960. Neste dia, em São Paulo, ao entardecer, foi atropelado e esmagado por um automóvel. Consta que ele, por sua pressa e imprudência habituais, teve culpa no acidente que o vitimou. Assim, perdeu a ESALQ um de seus melhores diretores. A ele coube participação predominante na construção da Casa do Estudante, que hoje tem o seu nome. Inaugurada em 16 de setembro de 1962, pelo Diretor Hugo de Almeida Leme, ela provavelmente não existiria não fora o entusiasmo de José Benedicto de Camargo, em cuja gestão foi iniciada e construída na sua maior parte.

São numerosas as anedotas relativas ao Prof. José Benedicto, todas elas comentando sua atividade irrequieta e buliçosa. Conta-se, por exemplo, que, vindo à noite de São Paulo, faltou gasolina no carro nas proximidades de Santa Bárbara. Conseguiu uma carona para Piracicaba. Rumou apressadamente para a garagem da ESALQ e de lá expediu sem demora uma lata de combustível, a ser entregue ao motorista oficial que esperava na estrada. Na sua precipitação, porém, não percebeu que se tratava de gasolina de aviação, imprópria para automóveis. Não é de se admirar, pois, que o veículo esalqueano chegasse a Piracicaba com crises asmáticas no motor, que estranhava o combustível...

60

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

A SEDUÇÃO DA PALAVRA

("Deus é brasileiro", de Vamireh Chacon
Rio de Janeiro: Rocco, 1991)

ISRAEL BELO DE AZEVEDO

Mestre em teologia e doutorando em filosofia. Autor de 'As Cruzadas Inacabadas; introdução à história da igreja na América Latina'.

Todo estudioso deseja, em algum momento de sua carreira científica, produzir uma síntese interpretativa do seu objeto de investigação. Para explicar 'o imaginário do messianismo político no Brasil', Vamireh Chacon escreveu esta sua 'primeira tentativa de síntese em torno da identidade brasileira mais profunda' (p. 12). Parte ele, então, da óbvia percepção que as lideranças carismáticas e messiânicas são uma presença constante no cenário político nacional.

Certo de que nenhuma nação 'consegue romper totalmente com o passado, nem produzir tirando nada' e que 'as misturas étnicas precisam ser respeitadas suas contribuições culturais profundas' (p. 164), o professor da Universidade de Brasília compõe três mosaicos coloridos, uma vez que cada capítulo do livro pode ser lido autonomamente.

No primeiro, procura mostrar que há uma 'consciência de destino' (p. 15) a perpassar a história, o pensamento e a arte do Brasil, nascido ele mesmo 'sob o signo da utopia'. Este imaginário brasileiro é fruto do encontro de três culturas: a indígena, a africana e a ibérica. Enquanto algumas tribos indígenas buscavam uma terra sem mal e

61

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

alguns grupos negros criavam repúblicas livres, como Palmares, também alguns ibéricos imaginaram viver num paraíso.

'Deus é brasileiro' recorda alguns testemunhos destas heranças, destacando o papel dos dominicanos e dos jesuítas, especialmente Antonio Vieira. Do século XVII, o autor salta para o palco contemporâneo, para registrar as visões de Brasília como plataforma do infinito, oferecidas por 'Tia' Neiva e 'Seu' Mário no Vale do Amanhecer e pelo 'profeta' Yokaanam na Cidade Eclética.

No segundo ensaio, além de comparar, na esteira de Vianna Moog, as colonizações norte-americana e ibero-americana, Chacon procura mostrar o tributo que o imaginário dos bandeirantes paulistas teve que pagar à mentalidade guerreira dos membros da Ordem de Cristo e suas sucessoras, no combate aos mouros e sob cujo espírito nasceu Portugal moderno. O resultado, denunciado, entre outros, por Bartolomé de Las Casas, e novamente recordado pela nova historiografia latino-americana, ao se aproximarem os 500 anos da colonização européia, foi que este 'guerreirismo, sem hereges a combater' acabou por desabar sobre as 'costas de ameríndios e negros indefesos diante de arçabouços e canhões ibéricos' como forma de viabilizar o escravismo (p. 101).

Não foi por outra razão, como lembrada no terceiro ensaio, que 'a empreitada heróico-comercial das descobertas e colonização dos novos mundos tinha de ser contraditória' (p. 114), como ocorre a todo processo histórico. Embora não a desenvolva, Vamireh Chacon chega ao que parece sintetizar o retrato que pinta do Brasil, cujas raízes estão fincadas no 'estamento guerreiro-burocrático, monástico-militar e mercantilista, introduzido no cerne brasileiro pelos cavaleiros-navegadores das nas sob as velas enfunadas com a marca da Ordem de Cristo' (p. 142). O resultado foi um Estado cartorial, cujas origens estão nas práticas do Estado romano.

Por fim, o autor recorda a juventude da sociedade civil brasileira e espera que o futuro viabilize instituições abertas, criativas e firmes.

O propósito, portanto, do autor é explicar o Brasil. Para isto, procura matrizes ilustrativas em experiências de diferentes povos e em nosso próprio passado. Por não se deter em nenhuma época ou em qualquer movimento em

62

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

particular, o que se lê é uma espécie de tapete de muitas cores, nem sempre combinadas. Além disto, os fios não foram todos tecidos, razão porque o esforço do culturalista brasileiro parece mais uma sinfonia inacabada.

E sinfonia é palavra própria para defini-lo, uma vez que o livro é muito bem escrito. É nisto talvez resida o seu problema básico. Ao fechá-lo, o leitor fica com a impressão que leu um belo texto, redigido num estilo elegante e com direito a índices bem preparados, mas fica também com a sensação de que não conseguiu perceber o que, afinal, o autor quer demonstrar.

Além de parecer deixar inacabado o seu ensaio, Vamireh Chacon se deixa seduzir pelo seu próprio discurso, elaborando frases, cuja compreensão exige um autêntico malabarismo pela história universal, como 'profetismo calvinista weberiano' (p. 27), para se referir aos fundadores dos Estados Unidos.

Incomoda também ler clichês falsamente belos como 'nos confins das Minas Gerais' (p. 28).

O pior mesmo é ter que acompanhar o autor no seu pastoreio de frases óbvias, como: 'se o Brasil deixar de imaginar-se para realizar-se, estará perdido' (p. 14); 'o povo brasileiro é uma nação em busca de si mesma' (p. 14); 'será necessária uma nova *paidéia* para o Brasil superar as suas contradições internas, consolidar e expandir seu crescimento, ampliar-lhe a ciência e a tecnologia, sem mutilar as raízes culturais do passado no que tiverem de vital e recreativo' (p. 24); 'todo povo nasce em meio à luta' (p. 75).

Ora, essas verdades se aplicam a qualquer cultura, até às multisseculares. Todas precisam sempre de ter renovada a sua educação, seja para crescer, seja para não declinar. Propor como meta deste processo uma 'proposta ecumênica de paz, desenvolvimento, democracia e humanismo, proposta agora brasileira' (p. 24) é demasiadamente vago.

Fica também sem demonstração a frase de San Tiago Dantas de que 'no Brasil, o povo enquanto povo, é melhor que as elites enquanto elites' (p. 54). Chacon parece aboná-lo, ao dizer que o messias do Brasil é o povo brasileiro. Só que seu ensaio não se ocupa de reunir

63

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

evidências disto, mesmo porque o imaginário estudado é o das elites.

Por tudo isto, a pretensão do autor, em ir além dos estudos clássicos de Agostinho da Silva, António Quadros e Maria Isaura Pereira de Queiroz, aos quais pretende superar, não se realiza. Pelo menos, neste 'Deus é brasileiro'.

64

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

A HISTÓRIA DAS "MIL E UMA NOITES"

("A vida Quotidiana dos Muçulmanos na Idade Média", de Aly Mazahéri).

ELIAS SALUM

Professor e historiador, presidente do Conselho da Associação de Administradores e da Associação de Astronomia de Piracicaba.

O fascinante conto, "Mil e Uma Noites", que, através de séculos encantou e continua encantando a humanidade, é de origem pouco conhecida. Em decorrência de pesquisa que fizemos, tentaremos, delinear alguns tópicos esclarecedores. Para tanto vamos valer do consagrado Aly Mazahéri, que descreve com muita propriedade a vida cotidiana dos muçulmanos na idade média, séculos X/XIII. Esta nova preferência por Aly Mazahéri é pelo sabor de seus escritos na linguagem do oriente, que foi um dos nascedouros da literatura e da filosofia mundial.

Do início do século X ao final do século XIII, assistimos a uma evolução do gosto, manifestado simultaneamente na literatura, na arquitetura, na música e na pintura.

O século X marcou a derradeira época das grandes criações que, nesse momento, atingiram o seu apogeu, e o ponto de partida para aquilo que, justamente, se pode considerar a decadência continuada durante os séculos XI, XII e XIII.

Desde o século IX se desenhara no Oriente, no domínio intelectual, um movimento chamado "shu'ubismo, que favorecia as tendências nacionalistas dos diferentes povos do mundo islâmico, pela exaltação da beleza dos seus idiomas, literaturas e histórias. Como diz Aly, os "shu-ubistas" lembram, pela sua atitude, os nossos românticos modernos.

65

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

As diferentes línguas do Oriente, como o turco, o persa, o sírio, o árabe, o hebreu, etc, conheceram, a partir do século X, uma atividade literária sem precedentes. Aqui e ali surgiram querelas, devido a esse fato, entre os diversos nacionalismos, julgando cada qual os seus poetas, sábios e técnicos com mais gênio e talento do que os da nação vizinha. Houve rivalidades, por exemplo, entre os turcos de Kashgária e os iranianos do Khorasan, entre os iranianos ocidentais e os árabes, etc.

Ao contrário dos povos de línguas indo-européias, o idioma e a mentalidade dos árabes não se prestavam absolutamente nada ao gênero épico. Por isso, a literatura árabe não possuía nenhum poema de grande fôlego, extensão e profundidade, como os da Índia, da Grécia clássica e mesmo da Europa moderna, como Dante e Shakespeare. Realizaram somente poemas de dez a cem dísticos.

A língua árabe desempenhou, em troca, um papel de primeiro plano na prosa simples de caráter histórico e científico. Isto, sobretudo, porque inúmeros sábios e filósofos estrangeiros, como turcos, iranianos orientais, iranianos ocidentais e orientais, judeus, gregos, sírios ou andaluzes, escreveram nessa língua, que era também a da religião islâmica — do Corão — e da jurisprudência. Os maiores conhecedores da gramática e da filologia árabe encontravam-se não entre os indígenas da Arábia, mas entre os sábios professores da Pérsia e do Irã Oriental. Um espírito culto da época devia dominar a língua na perfeição, por isso se passavam muitos anos nos colégios para aprender, como outrora se procedia na França, com o latim.

O assunto é tão árido que nos limita dizer que o "romantismo" do século X conheceu também uma evolução no domínio da prosa. Escreveram-se tantos romances exóticos que descreviam países, ilhas ou humanidades distantes, como romances de aventuras ou de psicologia. Ao lado destes romances filosóficos, muito difundidos no Médio-Oriente, os iranianos compuseram numerosos romances de amor que obtiveram o maior sucesso. Quase sempre escritas em forma de verso, estas obras ofereciam, na maior parte das vezes, um alto valor literário.

66

"MIL E UMA NOITES"

Os amores do rei Khusraw e de Shirin, cujo mais belo relato é o de Nizami (+1203). Merecem uma referência muito especial: a cortesã Shirin, espécie de Pompadour, e heroína desta lenda, que inspirou o galante Khusraw II (590-628) uma paixão proverbial. De mulher plebéia e de má vida que fora, Shirin, depois de ter mandado envenenar a rainha legítima, Maria, tornou-se rainha por seu turno, com grande escândalo da corte, que lhe deu o título

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

irônico de "Tchihrázâdt", o que quer dizer "de nobre linguagem". O ambiente que constitui o fundo histórico das "MIL E UMA NOITES" descreve, na realidade, a corte magnífica do rei Khusraw II.

O relato de suas aventuras amorosas com Shirin, alcunhada "Tchihrázâdh (Sheherazade), passou da corte para a cidade — Ctésifon — e divertiu o público. Inúmeras histórias do mesmo gênero se lhe acrescentaram, convertendo-se nas famosas "MIL HISTÓRIAS", de que Mas'udi (+956) nos assinala a tradução de pahlavi para o árabe.

Mas "Mil Histórias", eram sempre do rei Khusraw II e da bela Tchihrázâdh que desempenhavam os papéis principais. As suas aventuras intercalavam-se às de Bakhtakân, o vizir que, segundo Mas'udi, fora acusado de maniqueísmo e afogado no Tigre! Nos séculos X, XI, XII e XIII, os Siro-Egípcios substituíram estes heróis primitivos por sócias, escolhidos na história do Islão, que conheciam melhor. Muitas introduções e alterações foram feitas nas dez últimas gerações do Islão medieval. Acrescentaram-lhes certo número de histórias pornográficas, mais ou menos equívocas, que correspondiam à decadência dos seus gostos, conforme relata Aly Mazahéri.

Assim, o texto que toda a gente conhece como o nome de "MIL E UMA NOITES", começado no século VII e acabado no século XV, constitui uma verdadeira mina: qualquer coisa como a suma literatura oriental durante a Idade Média. Nela se encontram quase todos os "séculos". Tratava-se, na verdade, não de um livro, mas antes de tudo uma biblioteca, não de um autor, mas de grande número de "contistas", que se sobrepuseram durante sete séculos. Não de uma versão única, mas de várias.

Como a imprensa e os direitos autorais eram, nessa altura, desconhecidos, nenhum escritor podia viver da pena. O fato de ser romancista ou poeta não constituía, de forma alguma, um meio de existência. A maior parte dos literatos, a menos que fossem ricos, viam-se, assim, obrigados a exercer outra profissão. Por isso, jovens que tinham talento e gosto de escrever, abraçavam, primeiramente, a carreira de rimador (shâ-ir) e, em seguida, ligavam-se a um estabelecimento ou a uma personagem influente. Os "shâ-ir" eram, em suma, os jornalistas da época. Utilizavam a métrica e, sobretudo, a rima, invenção árabe, com o que fizeram um poderoso meio de publicidade. Os artigos (qasa'id) dos rimadores, logo que postos em rima, voavam de boca em boca, de cidade em cidade, de província em província. Difundiam-se, tão rapidamente, quanto a nossa revista de hoje. Cada estabelecimento ou pessoa importante empregava um ou dois rimadores assalariados (silat) para sua publicidade. Mas os mais hábeis, os "virtuosos", ligavam-se aos Estados e aos príncipes, que pensionavam centenas deles. Esta

67

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

espécie de jornalistas podiam compor numa hora, só através de sua arte "poética", um "shí'ir" mais ou menos longo, segundo uma métrica e uma rima apropriadas, onde celebravam ou ridicularizavam alguém ou alguma coisa. Sabiam, conforme o caso, alegrar ou entristecer, atacar, defender, esconder uma derrota ou uma desgraça, apresentar uma debandada como retirada estratégica, uma má causa como boa, etc.

Havia um grande número de manuais onde os candidatos a "shá'ir" aprendiam, sob a orientação de um mestre, os rudimentos da profissão. Num deles, composto em 1156 e denominado Cahar-Magâla, recomenda-se lhes que aliem aos conhecimentos filológicos e "poéticos" uma sólida cultural geral e, sobretudo, que sejam bons psicólogos para jamais se comprometerem, porque "shá'ir", segundo Lemos, sofre muitas vezes dissabores e arrisca-se até a grandes perigos, quando não saber conter a língua. Acrescenta o autor dessas observações que nos séculos X e XI, isso não sucedia. Ainda assim, os rimadores, alguns dos quais chegaram a fazer fortuna, beneficiavam-se, então de benevolência geral. Foi a sua idade de ouro, porque, nos séculos XII e XIII, com o sultanato, isto é, com o cesarismo turkomano, que desprezava a opinião pública, a profissão de "shá'ir" caiu em decadência.

68

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

RESENHAS

REFLEXOS DE UMA ÉPOCA

("Candeias em Espelho D'água", de Marly Therezinha Germano Perecin - São Paulo: Loyola, 1990)

JORNAL DA CÂMARA

Resenha publicada pela redação do JORNAL DA CÂMARA de Vereadores de Piracicaba, de maio de 1992

Depois de cinco anos de pesquisa e dois de redação, a escritora e historiadora Marly Therezinha Germano-Perecin conclui o livro *Candeias em Espelho D'Água*. Definido como um romance histórico, *Candeias* mistura elementos reais e ficcionais na reconstituição do grande conflito entre liberais, progressistas e colonialistas durante o século passado.

O romance, "produto teórico e acabado", é fruto de bibliografias, arquivos e memórias da época. Através das representações simbólicas da realidade do Vale Médio do Tietê, *Candeias* "resgata o processo de questionamento das formas institucionalizadas, bem como a análise psicológica das relações sociais que culminaram na Revolução Liberal de 1842".

Segundo Marly Perecin, a oportunidade de escrever *Candeias* surgiu à medida em que conceitos foram amadurecidos, permitindo a construção narrativa, através da experimentação, como forma de transmitir o conhecimento histórico, sem prejudicar o esforço científico da pesquisa.

Prendendo-se na trajetória de vida da liberal Mariana Dias, um personagem sintético, *Candeias* chama a atenção pela riqueza de detalhes. Sem que se aperceba, o leitor é bombardeado a todo momento por informações que, agrupadas, definiram o clima ideal para a eclosão da Revolução. Numa época em que "a mulher é tida como figura de segunda categoria",

69

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Mariana Dias surpreende por sua persistência encanto e magia de mulher forte, decidida e, porquê não, emancipada?

A escritora explica que Candeias faz parte de uma Trilogia, complementada por Ypié (Maria dos Anjos) e Iguatemi. Estes três trabalhos constituem a série encontro das Águas, onde Marly Percin dispõe sobre o comportamento da sociedade do Vale Médio do Tietê. Embora esta Trilogia não esteja literalmente agrupadas numa só obra, a historiadora diz que a intenção de unificá-las está explícita na introdução de cada livro. Os romances têm sua época e contemporaneidade definidas na própria seqüência dos fatos. Enquanto Ypié aborda os acontecimentos entre os anos de 1754 a 1767 e Iguatemi de 1767 a 1780, Candeias expressa a realidade vivida entre 1780 a 1845.

Criando o cenário perfeito para se traduzir os anseios e ideais dos liberais que viveram na segunda metade do século XIX, Marly Percin define o liberalismo como a primeira lição de política dos povos civilizados.

70

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

DOCUMENTA

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 20 DE MAIO DE 1842

Aberta a sessão com seis membros faltando por aver dado parte de doente como informou o sr. Presidente, o sr. Fiuza e por não ter sido avizado os Srs. Conceição Toledo e Silva. Reunidas as Guardas Nacionais e o Povo no Passo desta Câmara.

O Sr. Presidente declarou que o motivo da presente Sessão era um officio do Exmo. Rafael Tobias de Aguiar transmitida por copia da Villa de Capivary declarando que o Povo e tropa e a Câmara Municipal da cidade de Sorocaba o tinha eleito para Presidente interino desta Província o mesmo Exmo. Rafael Tobias de Aguiar em consequência do que a Câmara Municipal desta Villa deliberou reconhecer ao sobredito Exmo. Rafael Rafael Tobias de Aguiar Presidente interino desta Província e que ficava suspensa a Ley da Reforma de tres de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e hum fazendo-se sient e por Edital neste Município e que foi aprovado unanimemente pelo Povo e tropa.

O Sr. Gentil indicou que avendo esta Câmara suspença a Ley da Reforma era necessário que a mesma nomeasse Juiz de Órfãos e Juiz Municipal nesta Villa. Discutida e posta em votação foi aprovado e nomeado para Juiz Municipal interino ao cidadão João da Cunha Raposo e para Juiz de Órfãos interino Theodoro Luiz de Godois os quais estando presente tomarão posse e juramento de que se lavrou o auto necessário no Livro Competente.

Propos o Sr. Presidente que era necessário officiar-se aos srs. Juiz de Paz deste Município para que de ora em diante entrem no exercício de seos empregos como de antes servião assim foi deliberado, como tão bem ao Juiz Municipal para entregar os poderes ao nomeado. Foi igualmente deliberado que se remetesse por copia e Proclamação a Câmara de Araraquara de que já se fez remoção.

E não avendo mais quem pedisse a palavra feixou-ce a Sessão e eu Jose Lopes de Siqueira Secretario que o escrevi.

Melchior de Mello Castanho. Affonso Agostinho Gentilo. Francisco de Camargo Penteadó. Ignacio de Vasconcello Cunha Caldeira. Pedro Ferraz Castanho.

71

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

**ASSINATURAS DOS
FUNDADORES:**

Edmar J. Kiehl
Leandro Guerrini
Jaçanã Altair P. Guerrini
Alberto Tomazzi
Flavio Moraes Toledo
Pizza
Antonio Messias Galdino
Guilherme Vitti
Francisco Caldeira
Jair Toledo Veiga
Frederico Blaauw
Joaquim do Marco
Felisberto Pinto Monteiro
Arquimedes Dutra
Marly Therezinha
Germano Percin

ATA DA SESSÃO DO IHGP DE 20 DE ABRIL DE 1968

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de hum mil novecentos e sessenta e oito, reuniram-se os sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, sob a presidência do Dr. Edmar J. Kiehl, para a segunda assembléia dêste sodalício, na sede social do CCRCC.

Formada a mêsa, procedeu-se à leitura e aprovação dos Estatutos do IHGP. Abrindo mão do seu direito de escolha, o presidente deu um escrutínio secreto e democrático dos nomes integrantes da primeira diretoria. Os nomes escrutinados receberam aprovação unânime, sendo devidamente empossados nos respectivos cargos. Está assim composta a diretoria cujo prazo expira a 4 de Outubro próximo:

Presidente: Dr. Edmar J. Kiehl

Vice-Presidente: Prof. Leandro Guerrini

1º Secretário: Prof. Marly Therezinha Germano Percin

2º Secretário: Prof. Joaquim do Marco

1º Tesoureiro: Dr. Antonio Messias Galdino

2º Tesoureiro: Prof. Arquimedes Dutra

Orador: Prof. Acary de Oliveira Mendes

Bibliotecário: Prof. Guilherme Vitti

A seguir foram apresentados vários assuntos: 1) escolha da sede para o IHGP. Após uma série de sugestões, pareceu aos presentes ser a Casa de Prudente de Moraes a maia indicada, tendo recebido missão especial o Prof. Blaauw de entrar em contato com o Delegado Regional do Ensino, Sr. Paes Silvado, e se necessário com os seus superiores, para a obtenção daquele local; 2) escolha de brasão e ex-libris para o IHGP. Solicitou-se ao prestigioso artista Prof. Alberto Tomazzi a elaboração de um brasão e um ex-libris para o papel de correspondência; 3) material de secretaria. Deliberou-se providenciar papel e material de secretaria para se documentar tôdas as atividades do IHGP; 4) o Regimento Interno. Ficou assentado que a discussão do Regimento Interno será preterida para reunião posterior; 5) a Maratona de Estudos Piracicabanos. Aceitou-se a sugestão do Prof. Blaauw para uma maratona entre as escolas secundárias de Piracicaba, em comemoração ao 1o de Agosto, aniversário da cidade.

Nada mais havendo a registrar, eu, Marly Therezinha Germano Percin, 1ª Secretária do IHGP, lavrei a presente ata, que deverá ser lida, discutida e se aprovada, assinada pelos sócios fundadores na próxima reunião. Em Piracicaba, aos vinte de Março de 1968, digo Abril de 1968.

72

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

NOTAS

JUBILEU DE PRATA DO IHGP



O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba está comemorando seu "Jubileu de Prata" e, para tal, pretendeu selar esta auspiciosa data com o lançamento deste segundo fascículo da Revista, inaugurada na gestão do Prof. Helly de Campos Melges. Outras solenidades estão sendo realizadas comemorativas ao evento.

Essa trajetória do Instituto, iniciada no ano de 1967, teve sua origem no "Simpósio de Estudos Piracicabanos", realizado durante as comemorações do 2º Centenário de Fundação de Piracicaba. Apoiado pelo então Departamento Municipal de Cultura, um grupo significativo de intelectuais piracicabanos efetivou sua formação, compôs sua primeira Diretoria e seu quadro de associados.

Somente em 20/04/68 foi empossada sua primeira diretoria, cujo exercício esteve a cargo das seguintes pessoas; Pres.: dr. Edmar José Kiehl, Vice-Pres.: Leandro Guerrini, 1º Sec.: Marly Therezinha Germano Perecin, 2º Sec.: Joaquim do Marco, 1º Tes.: Antonio Messias Galdino, 2º Tes.: Archimedes Dutra, Orador: Acary de Oliveira Mendes, Bibliotecário: Guilherme Vitti.

A partir daí, o Instituto elegeu anualmente sua Diretoria entre os associados, incorporou novos sócios, esteve presente nas comemorações mais significativas da cidade, formou sua biblioteca, voltada para assuntos piracicabanos, editou vários livros, realizou solenidades e manteve a guarda do Arquivo da Justiça da Comarca, uma das últimas conquistas da entidade.

73

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2



Entretanto, carece ainda o Instituto de uma sede própria que, não fosse o apoio da Prefeitura e do Estado estaria enfrentando sérios problemas. De uma sala localizada na Escola Mello Ayres, passou a ocupar dependências do antigo Fórum. Infelizmente, tanto o Instituto como a Biblioteca Municipal encontram-se ameaçados, visto que o Estado pretende retomar o prédio para suas atuais necessidades.

Atualmente, o IHGP conta com 82 associados, incorporados ao longo desses 25 anos que, dentre eles, tiveram o privilégio de ocupar a presidência os seguintes intelectuais: Edmar José Hiehl: 1968-1969; Acary de Oliveira Mendes: 1970, 1974, 1977; Julio Soares Diehl: 1971; Guilherme Vitti: 1972; Jair Toledo Veiga: 1979; Walter Ramos Jardim: 1975; Oswaldo Cambiaghi: 1976, 1985; Flávio M. Toledo Piza: 1978; Nélio Ferras Arruda: 1979-1981; Geraldo Claret de Mello Ayres: 1982-1984; Elias Salum: 1986-1987; Marly Therezinha Germano Percin: 1988-1989; Helly de Campos Melges; 1990-1991 e Hugo Pedro Carradores: 1992.

Ocasionalmente, outorga o Instituto a Medalha do Mérito "Prudente de Moraes" àquelas pessoas que se destacaram no cenário nacional, em especial, no âmbito piracicabano. Rege-se por estatuto e regimento interno e pela Lei n. 2122 de 1º/07/1974 e, para suas realizações tem contado com a colaboração efetiva da Prefeitura Municipal e de seus associados.

74

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

OUTRAS INFORMAÇÕES NOVOS SÓCIOS

O IHGP teve a oportunidade em solenidade realizada em 24 de abril de 1992 de receber seis novos associados:

Evaldo Vicente

Miguel Ciavarelli Nogueira dos Santos

Milton Ferraz de Arruda

Oracy da Silva

Paulo Celso Bassetti

Toshio Iczuka

SOLENIIDADES DO 1º SEMESTRE DE 1992

Em 24 de abril de 1992 o IHGP realizou solenidade comemorativa ao 2º Centenário da morte de Tiradentes com a palestra do Prof. Waldemar Roberto que discursou sobre o tema: "O espírito da liberdade e a Inconfidência". Nessa mesma oportunidade foram recebidos mais seis associados.

Em 20 de maio de 1992, em solenidade conjunta com a Câmara Municipal de Piracicaba, o IHGP realizou uma segunda reunião festiva, comemorativa aos 150 anos da Revolução Liberal de 1842. Na ocasião a Profª Marly Therezinha Germano Percin foi a oradora da sessão, discursando sobre o assunto.

DA PROGRAMAÇÃO DO JUBILEU DE PRATA DO IHGP

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou carimbos comemorativo ao Jubileu de Prata do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

O evento aconteceu no dia 15 de agosto do corrente ano, por ocasião da XV EXFINUPI (Exposição Filatélica e Numismática de Piracicaba), quando da Sessão Conjunta das Entidades — IHGP e CFNP.

Contando com o apoio da Prefeitura Municipal de Piracicaba e do SESC a programação integrou as festividades comemorativas aos 225 anos de fundação de Piracicaba.

Da Exposição participará filatelistas e Numismatas de Piracicaba, Jaú, Limeira, Itu, Sorocaba, Pirajuí, Itapetininga e São Paulo.

75

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II - 1992
Número 2

Na filatelia participaram colecionadores clássicos e temáticos. Entre as coleções mereceram destaques: Áustria; Monarquia e 1ª República, Séries em Quadra de 1924 à 1990. Taxonomia Esportiva. Eles fizeram o Brasil, Blocos da Rússia. Folclore: Literatura oral e usos e costumes (Penteados, ornatos de cabeça e chapéus; Carimbos do Correio, Selos da Argentina, Vaticano, D. Pedro II, Moeda sobre Selo, Centenário do Selo.

Na Numismática — Moedas de Prata do Brasil Império, Moedas Brasil República, cédulas temáticas: Aves, cédulas estrangeiras valor 1.

76

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

PRINCÍPIOS GERAIS

1. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba publica artigos de pesquisa e reflexão, nas áreas de história e geografia e ciências correlatas.

2. A extensão dos artigos pode variar de 8 a 12 laudas.

3. Os artigos devem ser inéditos, vedado o seu encaminhamento simultâneo a outras revistas brasileiras.

4. A aceitação de um artigo se dará, observados os seguintes critérios;

— adequação ao escopo da revista;

— qualidade científica, atestada pela Comissão Editorial e por consultores convidados, cujos nomes não serão divulgados;

— cumprimento das presentes normas.

5. O autor será informado do andamento do processo de seleção. Todos os originais serão devolvidos.

6. Não há remuneração pelos trabalhos.

7. Os artigos devem ser encaminhados à Comissão Editorial por intermédio do Instituto.

ESTRUTURA

8. Cada artigo deve conter os seguintes elementos, em folhas separadas:

77**IHGP**

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

Identificação

Título (e sub-título, se for o caso), que deve ser conciso e indicar claramente o conteúdo do texto;

Nome do autor;

Subvenção: menção de apoio e financiamento recebidos;

Agradecimento, se for absolutamente indispensável.

Resumo e palavras-chaves

Resumo indicativo e informativo, em português, em torno de 100 palavras.

Texto

O texto deve ter uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. Cabe ao autor criar os entretítulos para o seu trabalho. Esses entretítulos, em letras minúsculas, não são numerados.

DOCUMENTAÇÃO

9. A documentação de um artigo é dada pelas Notas e pelas Referências bibliográficas, que aparecem ao final do original. São adotadas para essa documentação as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

As notas devem ser indicadas por um número elevado e consecutivo, colocado após a frase a que se refere.

A lista das fontes consultadas (livros, artigos, atas etc) deve aparecer no final, em ordem alfabética, pelo sobrenome do autor.

APRESENTAÇÃO

10. Os artigos devem ser escritos em português, podendo, contudo, a Critério da Comissão Editorial, ser aceitos trabalhos escritos em outros idiomas.

11. Os artigos devem ser datilografados em espaço dois, em papel branco, não transparente e de um lado só da folha, com 30 linhas de 70 toques cada lauda (2100 toques).

12. Cada trabalho deve ser entregue em duas vias (uma para a redação, outra para a Comissão Editorial).

78

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II 1992
Número 2

13. As ilustrações (tabelas, gráficos, desenhos, mapas e fotografias) devem ser numerados seqüencialmente com algarismos arábicos e apresentados de modo a garantir uma boa qualidade de impressão. Devem ter títulos concisos, grafados em minúsculas. As suas medidas devem representar, proporcionalmente, as dimensões da revista. Devem vir no final do trabalho, com indicação da sua localização no texto. As legendas devem ser apresentadas em outra folha.

As tabelas não devem ser muito grande e nem ter fios verticais para separar as colunas.

As fotografias devem ser em preto e branco, sobre papel brilhante, com um bom contraste e um foco bem nítido.

As figuras, mapas e gráficos devem ser preparados com tinta nanquim preta, em papel vegetal.

79

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano II - 1992
Número 2